Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Conselho	
2002/C 119 E/01	Posição Comum (CE) n.º 30/2002, de 18 de Fevereiro de 2002, adoptada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adopção de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 80/987/CEE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador ⁽¹⁾	1
2002/C 119 E/02	Posição Comum (CE) n.º 31/2002, de 18 de Fevereiro de 2002, adoptada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adopção de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera pela décima nona vez a Directiva 76/769/CEE do Conselho no que respeita à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (corantes azóicos)	7
2002/C 119 E/03	Posição Comum (CE) n.º 32/2002, de 5 de Março de 2002, adoptada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adopção de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos acordos de garantia financeira	12
2002/C 119 E/04	Posição Comum (CE) n.º 33/2002, de 7 de Março de 2002, adoptada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adopção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui a Agência Europeia de Segurança Marítima ⁽¹⁾	27

I

(Comunicações)

CONSELHO

POSIÇÃO COMUM (CE) N.º 30/2002

adoptada pelo Conselho em 18 de Fevereiro de 2002

tendo em vista a adopção da Directiva 2002/.../CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de . . . , que altera a Directiva 80/987/CEE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador

(2002/C 119 E/01)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 137.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽²⁾,

Após consulta ao Comité das Regiões,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽³⁾,

Considerando o seguinte:

(1) A Carta Comunitária dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores, adoptada em 9 de Dezembro de 1989, dispõe no ponto 7 que a concretização do mercado interno deve conduzir a uma melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores na Comunidade Europeia e que esta melhoria deve implicar, nos casos em que tal for necessário, o desenvolvimento de certos aspectos da regulamentação do trabalho, designadamente os relacionados com os processos de despedimento colectivo ou as falências.

(2) A Directiva 80/987/CE ⁽⁴⁾ visa assegurar aos trabalhadores assalariados um mínimo de protecção em caso de insolvência do respectivo empregador. Para esse efeito, obriga os Estados-Membros a criar uma instituição que garanta aos trabalhadores em causa o pagamento dos seus créditos em dívida.

⁽¹⁾ JO C 154 E de 29.5.2001, p. 109.

⁽²⁾ JO C 221 de 7.8.2001, p. 110.

⁽³⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 29 de Novembro de 2001, posição comum do Conselho de 18 de Fevereiro de 2002 e decisão do Parlamento Europeu de . . . (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽⁴⁾ JO L 283 de 28.10.1980, p. 23. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1994.

(3) A evolução do Direito Falimentar nos Estados-Membros, bem como o desenvolvimento do mercado interno, exigem a adaptação de algumas disposições daquela directiva.

(4) A segurança e a transparência jurídicas exigem igualmente rigor no que diz respeito ao âmbito de aplicação e a determinadas definições da Directiva 80/987/CEE. Haverá, nomeadamente, que especificar na parte dispositiva da referida directiva as possibilidades de isenção concedidas aos Estados-Membros e, por conseguinte, que suprimir o anexo da mesma.

(5) A fim de assegurar uma protecção equitativa aos trabalhadores em causa, a definição de estado de insolvência deverá ser adaptada às novas tendências legislativas dos Estados-Membros, devendo abranger-se, através dessa noção, os processos de insolvência que não sejam processos de liquidação. Neste contexto, os Estados-Membros deverão ter a faculdade de dispor, a fim de determinar a obrigação de pagamento da instituição de garantia, que qualquer situação de insolvência que dê lugar a vários processos de insolvência será tratada como se se tratasse de um único processo de insolvência.

(6) É necessário assegurar que não sejam excluídos do âmbito de aplicação da presente directiva os trabalhadores visados pela Directiva 97/81/CE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, respeitante ao acordo-quadro relativo ao trabalho a tempo parcial celebrado pela UNICE, pelo CEEP e pela CES ⁽⁵⁾, a Directiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, respeitante ao acordo-quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo ⁽⁶⁾, e a Directiva 91/383/CEE do Conselho, de 25 de Junho de 1991, que completa a aplicação de medidas tendentes a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores que têm uma relação de trabalho a termo ou uma relação de trabalho temporário ⁽⁷⁾.

⁽⁵⁾ JO L 14 de 20.1.1998, p. 9. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 98/23/CE (JO L 131 de 5.5.1998, p. 10).

⁽⁶⁾ JO L 175 de 10.7.1999, p. 43.

⁽⁷⁾ JO L 206 de 29.7.1991, p. 19.

- (7) A fim de garantir a segurança jurídica dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência das empresas com actividade em vários Estados-Membros e consolidar os direitos dos trabalhadores no sentido apontado pela jurisprudência do Tribunal de Justiça, é necessário introduzir disposições que determinem explicitamente qual a instituição competente para o pagamento dos créditos em dívida dos trabalhadores nestas situações e que fixem como objectivo para a cooperação entre as administrações competentes dos Estados-Membros o pagamento, com a maior brevidade possível, dos créditos em dívida dos trabalhadores assalariados. É igualmente necessário garantir a boa aplicação das disposições na matéria, prevendo uma colaboração entre as administrações competentes dos Estados-Membros.
- (8) A fim de facilitar a identificação dos processos de insolvência, nomeadamente em situações transnacionais, os Estados-Membros deverão notificar a Comissão e os outros Estados-Membros dos tipos de processos de insolvência que determinam a intervenção da instituição de garantia.
- (9) A Directiva 80/987/CEE deverá, pois, ser alterada em conformidade.
- (10) Atendendo a que o objectivo da acção encarada, a saber a adaptação de certas disposições da Directiva 80/987/CEE a fim de ter em conta a evolução das actividades das empresas na Comunidade, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, ser melhor alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo,

ADOPTARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

A Directiva 80/987/CEE é alterada do seguinte modo:

1. O título passa a ter a seguinte redacção:

«Directiva 80/987/CEE do Conselho, de 20 de Outubro de 1980, relativa à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador».

2. A secção I passa a ter a seguinte redacção:

«SECÇÃO I

ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Artigo 1.º

1. A presente directiva aplica-se aos créditos dos trabalhadores assalariados emergentes de contratos de trabalho ou de relações de trabalho existentes em relação a empre-

gadores que se encontrem em estado de insolvência, na acepção do n.º 1 do artigo 2.º

2. Os Estados-Membros podem, a título excepcional, excluir do âmbito de aplicação da presente directiva os créditos de certas categorias de trabalhadores assalariados devido à existência de outras formas de garantia, se for determinado que estas asseguram aos interessados uma protecção equivalente à que resulta da presente directiva.

3. Caso tal disposição seja já aplicável na sua legislação nacional, os Estados-Membros podem continuar a excluir do âmbito de aplicação da presente directiva:

- Os trabalhadores domésticos contratados por uma pessoa singular;
- Os pescadores remunerados à percentagem.

Artigo 2.º

1. Para efeitos do disposto na presente directiva, considera-se que um empregador se encontra em estado de insolvência quando tenha sido requerida a abertura de um processo colectivo, com base na insolvência do empregador, previsto pelas disposições legislativas, regulamentares e administrativas de um Estado-Membro, que determine a inibição total ou parcial desse empregador da administração ou disposição de bens e a designação de um síndico, ou de uma pessoa que exerça uma função análoga, e quando a autoridade competente por força das referidas disposições tenha:

- Decidido a abertura do processo; ou
- Declarado o encerramento definitivo da empresa ou do estabelecimento do empregador, bem como a insuficiência do activo disponível para justificar a abertura do processo.

2. A presente directiva não prejudica o direito nacional no que se refere à definição dos termos “trabalhador assalariado”, “empregador”, “remuneração”, “direito adquirido” e “direito em vias de aquisição”.

Todavia, os Estados-Membros não podem excluir do âmbito de aplicação da presente directiva:

- Os trabalhadores a tempo parcial, na acepção da Directiva 97/81/CE;
- Os trabalhadores com contratos de trabalho a termo, na acepção da Directiva 1999/70/CE;
- Os trabalhadores que têm uma relação de trabalho temporário, na acepção do ponto 2 do artigo 1.º da Directiva 91/383/CEE.

3. Os Estados-Membros não podem submeter o direito dos trabalhadores a beneficiarem da presente directiva a uma duração mínima do contrato de trabalho ou da relação de trabalho.

4. A presente directiva não impede os Estados-Membros de alargarem a protecção dos trabalhadores assalariados a outras situações de insolvência constatadas por via de processos que não os mencionados no n.º 1, que estejam previstos no direito nacional.

Todavia, tais processos não criam uma obrigação de garantia para as instituições dos outros Estados-Membros, nos casos previstos na secção IIIA.»

3. Os artigos 3.º e 4.º passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para que as instituições de garantia assegurem, sob reserva do artigo 4.º, o pagamento dos créditos em dívida dos trabalhadores assalariados emergentes de contratos de trabalho ou de relações de trabalho.

Os créditos a cargo da instituição de garantia consistem em remunerações em dívida correspondentes a um período anterior e/ou, conforme os casos, posterior a uma data fixada pelos Estados-Membros.

Artigo 4.º

1. Os Estados-Membros têm a faculdade de limitar a obrigação de pagamento das instituições de garantia a que se refere o artigo 3.º

2. Quando os Estados-Membros fizerem uso da faculdade a que se refere o n.º 1, devem determinar a duração do período que dá lugar ao pagamento dos créditos em dívida pela instituição de garantia. Contudo, esta duração não pode ser inferior ao período relativo à remuneração dos três últimos meses da relação de trabalho anterior e/ou posterior à data a que se refere o artigo 3.º Os Estados-Membros podem calcular este período mínimo de três meses com base num período de referência cuja duração não pode ser inferior a seis meses.

Os Estados-Membros que fixarem um período de referência não inferior a 18 meses têm a possibilidade de reduzir a oito semanas o período que dá lugar ao pagamento dos créditos em dívida pela instituição de garantia. Neste caso, para o cálculo do período mínimo, são considerados os períodos mais favoráveis aos trabalhadores.

3. Os Estados-Membros podem igualmente estabelecer um limite máximo em relação aos pagamentos efectuados pela instituição de garantia. Este limite não deve ser inferior

a um limiar socialmente compatível com o objectivo social da directiva.

Quando os Estados-Membros fizerem uso desta faculdade, devem comunicar à Comissão os métodos através dos quais estabeleceram o referido limite máximo.».

4. É inserida a seguinte secção:

«SECÇÃO IIIA

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS

Artigo 8.ºA

1. Sempre que uma empresa com actividades no território de dois ou mais Estados-Membros se encontre em estado de insolvência na acepção do n.º 1 do artigo 2.º, a instituição responsável pelo pagamento dos créditos em dívida dos trabalhadores assalariados é a do Estado-Membro em cujo território o trabalhador exerce ou exercia habitualmente a sua profissão.

2. O conteúdo dos direitos dos trabalhadores assalariados é determinado pelo direito que rege a instituição de garantia competente.

3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que, nos casos referidos no n.º 1, as decisões tomadas no âmbito de um processo de insolvência referido no n.º 1 do artigo 2.º, cuja abertura tenha sido requerida noutro Estado-Membro, sejam tidas em consideração para determinar o estado de insolvência do empregador na acepção da presente directiva.

Artigo 8.ºB

1. Para efeitos da aplicação do artigo 8.ºA, os Estados-Membros devem dispor o intercâmbio de informações pertinentes entre as administrações públicas competentes e/ou entre as instituições de garantia a que se refere o artigo 3.º, intercâmbio que permita, nomeadamente, dar à instituição de garantia competente conhecimento dos créditos em dívida dos trabalhadores.

2. Os Estados-Membros devem comunicar à Comissão e aos restantes Estados-Membros as coordenadas das respectivas administrações públicas competentes e/ou instituições de garantia. A Comissão deve possibilitar ao público o acesso às referidas informações.».

5. Ao artigo 9.º é aditado o seguinte parágrafo:

«A aplicação da presente directiva não pode, de modo algum, constituir motivo para justificar um retrocesso em relação à situação existente nos Estados-Membros no que se refere ao nível geral da protecção dos trabalhadores no domínio por ela abrangido.».

6. Ao artigo 10.^o é aditada a seguinte alínea:

«c) Recusarem ou reduzirem a obrigação de pagamento a que se refere o artigo 3.^o ou a obrigação de garantia a que se refere o artigo 7.^o nos casos em que o trabalhador assalariado possuíse, individual ou conjuntamente com os seus familiares próximos, uma parte essencial da empresa ou do estabelecimento do empregador e exercesse uma influência considerável sobre as suas actividades.».

7. É inserido o seguinte artigo:

«Artigo 10.^oA

Os Estados-Membros notificam a Comissão e os outros Estados-Membros dos tipos de processos nacionais de insolvência que integram o âmbito de aplicação da presente directiva, bem como de todas as modificações que lhes digam respeito. A Comissão deve publicar as referidas notificações no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.».

8. O anexo é suprimido.

Artigo 2.^o

1. Os Estados-Membros devem pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva antes de ... (*) e informar imediatamente a Comissão desse facto.

Os Estados-Membros devem aplicar as disposições a que se refere o primeiro parágrafo a todo e qualquer estado de insol-

vência de um empregador que ocorra após a data de entrada em vigor dessas disposições.

Quando os Estados-Membros aprovarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão aprovadas pelos Estados-Membros.

2. Os Estados-Membros devem comunicar à Comissão o texto das disposições de direito interno que aprovarem nas matérias reguladas pela presente directiva.

Artigo 3.^o

A presente directiva entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 4.^o

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em ..., em ...

Pelo Parlamento Europeu
O Presidente

Pelo Conselho
O Presidente

(*) Três anos a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.

NOTA JUSTIFICATIVA DO CONSELHO

I. INTRODUÇÃO

1. Em 15 de Janeiro de 2001, a Comissão apresentou uma proposta de directiva que altera a Directiva 80/987/CEE.
2. Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado, o Parlamento Europeu aprovou o seu parecer, em primeira leitura, em 29 de Novembro de 2001.
3. O Comité Económico e Social emitiu o seu parecer em 31 de Maio de 2001. Por carta datada de 13 de Fevereiro de 2002, o Comité das Regiões informou que não iria apresentar parecer sobre este assunto.
4. Em 30 de Novembro de 2001, a Comissão apresentou oralmente uma proposta alterada ao Comité de Representantes Permanentes, posição essa confirmada pela comissária Diamantopoulou na sessão do Conselho de 3 de Dezembro de 2001.
5. Em 3 de Dezembro de 2001, o Conselho deu o seu acordo político a um projecto de posição comum.
6. Nos termos do artigo 251.º do Tratado, o Conselho adoptou a sua posição comum em 18 de Fevereiro de 2002.

II. OBJECTIVO

A presente posição comum tem em vista alterar a directiva de 1980 relativa à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador, a fim de ter em conta a evolução das legislações nacionais e da jurisprudência recente do Tribunal de Justiça.

III. ANÁLISE DA POSIÇÃO COMUM

1. OBSERVAÇÕES GERAIS

Os objectivos essenciais da alteração da directiva são a adaptação à evolução do mercado de trabalho e às alterações das legislações nacionais em matéria de insolvência, em ligação com a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 relativo aos processos de insolvência. A alteração tem também em vista precisar a definição do âmbito de aplicação e introduzir regras para se determinar a instituição de garantia competente nas situações transnacionais.

2. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu aprovou 16 alterações.

2.1. Alterações do Parlamento Europeu não aceites pela Comissão

A Comissão não retomou, na sua proposta alterada, nove alterações do Parlamento. Trata-se das alterações 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 17 e 19.

2.2. Alterações do Parlamento aceites pela Comissão

A Comissão fez saber que está em condições de aceitar integralmente três alterações do Parlamento. Trata-se das alterações 2, 4 e 9.

Além disso, a Comissão aceitou outras quatro alterações, quer em parte, quer em espírito. Trata-se das alterações 6, 11, 14 e 15.

3. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO CONSELHO NA PROPOSTA ALTERADA DA COMISSÃO

O Conselho retomou as mesmas alterações que a Comissão, com excepção da alteração 11. Esta alteração tem a ver com o n.º 2 do artigo 1.º ⁽¹⁾ (primeiro parágrafo do artigo 3.º da Directiva 80/987/CEE) e destina-se a acrescentar a obrigação de pagar indemnizações, em caso de cessação da relação de trabalho. A Comissão referiu estar em condições de a retomar, com a condição de lhe aditar a menção «eventualmente».

O Conselho não retomou esta alteração porque considera que o aditamento não contém nenhum elemento de protecção suplementar, na medida em que as indemnizações são créditos em dívida de que são titulares os trabalhadores assalariados, resultantes de contratos de trabalho ou de relações de trabalho, aos quais é feita referência, por conseguinte, no primeiro parágrafo do artigo 3.º

IV. CONCLUSÕES

O Conselho aceitou todas as alterações do Parlamento Europeu que foram aceites pela Comissão, com excepção duma única, pelas razões acima referidas.

Assim sendo, o Conselho considera que, no seu todo, o texto da posição comum responde aos objectivos fundamentais da proposta da Comissão, bem como aos pretendidos pelo Parlamento Europeu nas alterações que propôs.

⁽¹⁾ N.º 3 do artigo 1.º da posição comum.

POSIÇÃO COMUM (CE) N.º 31/2002

adoptada pelo Conselho em 18 de Fevereiro de 2002

**tendo em vista a adopção da Directiva 2002/.../CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de ... ,
que altera pela décima nona vez a Directiva 76/769/CEE do Conselho no que respeita à limitação
da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (corantes
azóicos)**

(2002/C 119 E/02)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 95.º,

Tendo em conta as propostas da Comissão ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽²⁾,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽³⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) O funcionamento do mercado interno deve melhorar gradualmente a qualidade de vida, a protecção da saúde e a segurança dos consumidores. As medidas propostas pela presente directiva baseiam-se num elevado nível de protecção da saúde e dos consumidores.
- (2) Os artigos têxteis e de couro que contêm certos corantes azóicos têm a capacidade de libertar determinadas arilaminas, que podem causar riscos de cancro.
- (3) As restrições já adoptadas ou planeadas por alguns Estados-Membros quanto à utilização de artigos têxteis e de couro tingidos com produtos azóicos afectam directamente a realização e o funcionamento do mercado interno. É portanto necessário aproximar as legislações dos Estados-Membros nesse domínio e, conseqüentemente, alterar o anexo I da Directiva 76/769/CEE do Conselho, de 27 de Julho de 1976, respeitante à aproximação das disposições legislativas, administrativas e regulamentares dos Estados-Membros relativas à comercialização e utilização de certas substâncias e preparações ⁽⁴⁾.
- (4) O Comité Científico da toxicidade, da ecotoxicidade e do ambiente, consultado pela Comissão, confirmou que os

riscos de cancro apresentados por artigos têxteis e de couro tingidos com determinados corantes azóicos são causa de preocupação.

- (5) A fim de proteger a saúde humana, deverá ser proibida a utilização de corantes azóicos perigosos e a colocação no mercado de certos artigos tingidos com esses produtos.
- (6) Nos artigos têxteis fabricados a partir de fibras recicladas, deverá aplicar-se uma concentração máxima de 70 ppm para as aminas enumeradas no ponto 43 do apêndice da Directiva 76/769/CEE. Esta medida deverá acontecer por um período transitório até 1 de Janeiro de 2005 se as aminas forem libertadas pelos resíduos resultantes da tintura das mesmas fibras. Esta medida permitirá a reciclagem de têxteis, que apresenta benefícios gerais para o ambiente.
- (7) São necessários métodos de ensaio harmonizados para efeitos da aplicação da presente directiva. Tais métodos deverão ser instituídos pela Comissão nos termos do artigo 2.º A da Directiva 76/769/CEE. Os métodos de ensaio deverão, de preferência, ser desenvolvidos a nível europeu, eventualmente através do Comité Europeu de Normalização.
- (8) Os métodos de ensaio, incluindo os relativos à análise do 4-aminoazobenzeno, deverão ser revistos à luz dos novos conhecimentos científicos.
- (9) As disposições sobre certos corantes azóicos deverão ser revistas à luz dos novos conhecimentos científicos, em especial no que se refere à necessidade de incluir outras matérias não abrangidas pela presente directiva, bem como outras aminas aromáticas. Deverá ser dada particular atenção aos eventuais riscos para as crianças.
- (10) A presente directiva aplica-se sem prejuízo da legislação comunitária que estabelece exigências mínimas para a protecção dos trabalhadores, nomeadamente a Directiva 89/391/CEE do Conselho ⁽⁵⁾ e as directivas específicas dela decorrentes, em particular a Directiva 90/394/CEE do Conselho ⁽⁶⁾ e a Directiva 98/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁷⁾,

⁽¹⁾ JO C 89 E de 28.3.2000, p. 67 e JO C 96 E de 27.3.2001, p. 269.

⁽²⁾ JO C 204 de 18.7.2000, p. 90.

⁽³⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 7 de Setembro de 2000 (JO C 135 de 7.5.2001, p. 257), posição comum do Conselho de 18 de Fevereiro de 2002 e decisão do Parlamento Europeu de ... (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽⁴⁾ JO L 262 de 27.9.1976, p. 201. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/91/CE da Comissão (JO L 286 de 30.10.2001, p. 27).

⁽⁵⁾ JO L 183 de 29.6.1989, p. 1.

⁽⁶⁾ JO L 196 de 26.7.1990, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 1999/38/CE (JO L 138 de 1.6.1999, p. 66).

⁽⁷⁾ JO L 131 de 5.5.1998, p. 11.

ADOPTARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

O anexo I da Directiva 76/769/CEE é alterado nos termos do anexo da presente directiva.

Artigo 2.º

Os métodos de ensaio para a aplicação do ponto 43 do anexo I da Directiva 76/769/CEE são adoptados pela Comissão nos termos do artigo 2.ºA dessa directiva.

Artigo 3.º

1. Os Estados-Membros devem aprovar e publicar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até ... (*) e informar imediatamente a Comissão desse facto.

Os Estados-Membros devem aplicar essas disposições a partir de ... (*).

2. Quando os Estados-Membros aprovarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão aprovadas pelos Estados-Membros.

Artigo 4.º

A presente directiva entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 5.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em ..., em ...

Pelo Parlamento Europeu
O Presidente

Pelo Conselho
O Presidente

(*) 12 meses a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.

ANEXO

O anexo I da Directiva 76/769/CEE é alterado do seguinte modo:

1. É aditado o seguinte ponto:

«43. Corantes azóicos	1. Os corantes azóicos que, por clivagem redutora de um ou mais grupos azóicos, possam libertar uma ou mais das aminas aromáticas enunciadas em apêndice, em concentrações detectáveis, ou seja, superiores a 30 ppm nos artefactos acabados ou em quaisquer partes tingidas dos mesmos, conforme o método de ensaio estabelecido em conformidade com o artigo 2.ºA da presente directiva, não podem ser utilizados em artigos têxteis e de couro susceptíveis de entrarem em contacto directo e prolongado com a pele humana ou a cavidade oral, tais como: — vestuário, roupa de cama, toalhas, elementos postiços para o cabelo, perucas, chapéus, fraldas e outros artigos sanitários, sacos-cama, — calçado, luvas, pulseiras de relógio, sacos de mão, bolsas, portamoedas, carteiras, pastas, estofos para cadeiras, bolsas para usar ao pescoço, — brinquedos de tecido têxtil ou de couro e brinquedos que incluam peças de vestuário têxtil ou de couro, — fios e tecidos destinados para utilização pelo consumidor final. 2. Além disso, os artigos têxteis ou de couro referidos no ponto 1 só podem ser colocados no mercado se satisfizerem os requisitos definidos nesse ponto. A título de derrogação, até 1 de Janeiro de 2005, esta disposição não se aplicará aos artigos têxteis fabricados a partir de fibras recicladas se as aminas forem libertadas pelos resíduos resultantes da tintura prévia das mesmas fibras e se as aminas enumeradas forem libertadas em concentrações inferiores a 70 ppm. 3. Até ... (*), a Comissão procederá à revisão das disposições relativas aos corantes azóicos à luz dos novos conhecimentos científicos.

(*) 36 meses a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.»

2. Ao apêndice é aditado o seguinte ponto:

«Ponto 43 Corantes azóicos

A. Lista de aminas aromáticas

	Número CAS	Número de identificação	Número CE	Substâncias
1	92-67-1	612-072-00-6	202-177-1	bifenil-4-ilamina 4-aminobifenilo xenilamina
2	92-87-5	612-042-00-2	202-199-1	benzidina
3	95-69-2		202-441-6	4-cloro-o-toluidina
4	91-59-8	612-022-00-3	202-080-4	2-naftilamina
5	97-56-3	611-006-00-3	202-591-2	o-aminoazotolueno 4-amino-2',3-dimetilazobenzeno 4-o-tolilazo-o-toluidina
6	99-55-8		202-765-8	5-nitro-o-toluidina
7	106-47-8	612-137-00-9	203-401-0	4-cloroanilina
8	615-05-4		210-406-1	4-metoxi-m-fenilenodiamina
9	101-77-9	612-051-00-1	202-974-4	4,4'-metilenodianilina 4,4'-diaminodifenilmetano

	Número CAS	Número de identificação	Número CE	Substâncias
10	91-94-1	612-068-00-4	202-109-0	3,3'-diclorobenzidina 3,3'-diclorobifenil-4,4'-ilenodiamineno
11	119-90-4	612-036-00-X	204-355-4	3,3'-dimetoxibenzidina o-dianisidina
12	119-93-7	612-041-00-7	204-358-0	3,3'-dimetilbenzidina 4,4'-bi-o-toluidina
13	838-88-0	612-085-00-7	212-658-8	4,4'-metilenodi-o-toluidina
14	120-71-8		204-419-1	6-metoxi-m-toluidina p-cresidina
15	101-14-4	612-078-00-9	202-918-9	4,4'-metileno-bis-(2-cloro-anilina) 2,2'-dicloro-4,4'-metileno-dianilina
16	101-80-4		202-977-0	4,4'-oxidianilina
17	139-65-1		205-370-9	4,4'-tiodianilina
18	95-53-4	612-091-00-X	202-429-0	o-toluidina 2-aminotolueno
19	95-80-7	612-099-00-3	202-453-1	4-metil-m-fenilenodiamina
20	137-17-7		205-282-0	2,4,5-trimetilanilina
21	90-04-0	612-035-00-4	201-963-1	o-anisidina 2-metoxianilina
22	60-09-3	611-008-00-4	200-453-6	4-aminoazobenzeno»

NOTA JUSTIFICATIVA DO CONSELHO

I. INTRODUÇÃO

1. Em 10 de Dezembro de 1999, a Comissão apresentou uma proposta de directiva, baseada no artigo 95.º do Tratado, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (corantes azóicos) ⁽¹⁾.
2. O Parlamento Europeu aprovou o seu parecer, em primeira leitura, em 7 de Setembro de 2000 ⁽²⁾. Na sequência desse parecer, a Comissão apresentou uma proposta alterada em 29 de Novembro de 2000 ⁽³⁾.
3. O Comité Económico e Social emitiu parecer em 25 de Maio de 2000 ⁽⁴⁾.
4. Em 18 de Fevereiro de 2002, o Conselho aprovou a sua posição comum, em conformidade com o artigo 251.º do Tratado.

II. OBJECTIVO

A proposta da Comissão tem por objectivo proibir a utilização e comercialização de artigos têxteis e de couro que contenham determinados corantes azóicos.

III. ANÁLISE DA POSIÇÃO COMUM

1. O Conselho tem vindo a analisar a proposta desde meados de 2000. A posição comum do Conselho está em geral de acordo com a proposta alterada da Comissão.
2. O Conselho inseriu uma das alterações do Parlamento Europeu e parte de duas outras alterações.
3. O Conselho aceitou a alteração 1 sobre a necessidade de os métodos de ensaio terem em conta os progressos técnicos.
4. O Conselho inseriu parte das alterações 3 e 6, suprimindo os tapetes da lista não exaustiva das categorias de produtos abrangidas pelas disposições e aditando dois novos produtos a essa mesma lista.
5. O Conselho considera que os procedimentos de avaliação do risco devem estar concluídos antes da extensão do âmbito da directiva a outros artigos e substâncias. O Conselho rejeitou, por conseguinte, a alteração 4 e parte da alteração 3.
6. No que respeita aos métodos de ensaio, o Conselho optou por uma solução que garantisse que fossem sempre aplicados os métodos mais propagados e aceites, tendo por isso rejeitado a alteração 5, que propunha a inclusão de um método de ensaio especial.

IV. CONCLUSÃO

Com a inserção parcial ou total das alterações do Parlamento Europeu que melhoram e clarificam as disposições sobre os métodos de ensaio e os artigos a serem abrangidos pela directiva, o Conselho tentou obter uma solução equilibrada que tivesse em conta o procedimento de avaliação do risco e que assegurasse um elevado nível de protecção da saúde dos consumidores.

⁽¹⁾ JO C 89 E de 28.3.2000, p. 67.

⁽²⁾ JO C 135 de 7.5.2001, p. 257.

⁽³⁾ JO C 96 E de 27.3.2001, p. 269.

⁽⁴⁾ JO C 204 de 18.7.2000, p. 90.

POSIÇÃO COMUM (CE) N.º 32/2002**adoptada pelo Conselho em 5 de Março de 2002****tendo em vista a adopção da Directiva 2000/.../CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de ...
relativa aos acordos de garantia financeira**

(2002/C 119 E/03)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, e, nomeadamente o seu artigo 95.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,Tendo em conta o parecer do Banco Central Europeu ⁽²⁾,Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽⁴⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Directiva 98/26/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio de 1998, relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de liquidação de valores mobiliários ⁽⁵⁾, constituiu uma etapa importante do processo de instituição de um quadro jurídico sólido para estes sistemas. A aplicação desta directiva demonstrou que era importante limitar os riscos sistémicos inerentes a estes sistemas devido à coexistência de regimes jurídicos diferentes e que seria vantajoso instituir uma regulamentação comum aplicável às garantias constituídas no quadro dos referidos sistemas.
- (2) Na sua comunicação de 11 de Maio de 1999, dirigida ao Parlamento Europeu e ao Conselho, intitulada «Aplicação de um enquadramento para os serviços financeiros: plano de acção», a Comissão comprometeu-se a elaborar, após consulta dos peritos do mercado e das autoridades nacionais, propostas de medidas legislativas em matéria de garantias que promovam novos progressos neste domínio para além dos conseguidos com a Directiva 98/26/CE.
- (3) Deve ser instituído um regime comunitário aplicável aos valores mobiliários e aos montantes pecuniários nas aquisições com cauções de títulos e nas transferências de titularidade, incluindo os acordos de recompra (*repote*). Este regime contribuirá para a integração e o funcionamento ao menor custo do mercado financeiro, bem como para a estabilidade do sistema financeiro da Comunidade, o que

promoverá a livre prestação de serviços e a livre circulação de capitais no mercado único dos serviços financeiros. A presente directiva concentra-se nos acordos bilaterais de garantia financeira.

- (4) A presente directiva é adoptada num quadro jurídico europeu que compreende nomeadamente a referida Directiva 98/26/CE, bem como a Directiva 2001/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Abril de 2001, relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito ⁽⁶⁾, a Directiva 2001/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Março de 2001, relativa ao saneamento e à liquidação das empresas de seguros ⁽⁷⁾, e o Regulamento (CE) n.º 1346/2000, de 29 de Maio de 2000, relativo aos processos de insolvência ⁽⁸⁾. A presente directiva não prejudica nem contraria o modelo geral destes actos jurídicos anteriores. Com efeito, a presente directiva completa esses actos jurídicos em vigor ao abordar outras questões, e ultrapassa-os no que respeita a questões específicas já por eles abordadas.
- (5) A fim de aumentar a segurança jurídica dos acordos de garantia financeira, os Estados-Membros devem assegurar que certas disposições legislativas em matéria de falência não sejam aplicáveis a esses acordos, nomeadamente as disposições que poderiam constituir um obstáculo à execução da garantia financeira ou que sejam susceptíveis de suscitar incertezas em relação à validade de técnicas actualmente utilizadas pelos mercados, tais como a compensação bilateral com vencimento antecipado, a prestação de garantias adicionais sob a forma de garantias complementares e as substituições de garantias.
- (6) A presente directiva não aborda os direitos que qualquer pessoa possa deter relativamente aos activos fornecidos a título de garantia financeira cuja origem não resida nos acordos de garantia financeira nem tenha por base qualquer das disposições legais ou normas jurídicas resultantes do início ou prossecução de processos de liquidação ou medidas de saneamento, tais como a restituição resultante de um engano, erro ou incapacidade.
- (7) O princípio consagrado na Directiva 98/26/CE, nos termos do qual a lei aplicável aos valores mobiliários escriturais dados em garantia é a do Estado-Membro onde o registo, a conta ou o sistema de depósito centralizado está localizado, deve ser alargado, a fim de garantir a segurança jurídica relativamente à utilização deste tipo de valores mobiliários num contexto transfronteiras, no quadro de uma garantia financeira abrangida pela presente directiva.

⁽¹⁾ JO C 180 E de 26.6.2001, p. 312.

⁽²⁾ JO C 196 de 12.7.2001, p. 10.

⁽³⁾ JO C 48 de 21.2.2002, p. 1.

⁽⁴⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 13 de Dezembro de 2001, (ainda não publicado no Jornal Oficial), posição comum do Conselho, de 5 de Março de 2002 e decisão do Parlamento Europeu ... (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽⁵⁾ JO L 166 de 11.6.1998, p. 45.

⁽⁶⁾ JO L 125 de 5.5.2001, p. 15.

⁽⁷⁾ JO L 110 de 20.4.2001, p. 28.

⁽⁸⁾ JO L 160 de 30.6.2000, p. 1.

- (8) O princípio da *lex rei sitae*, segundo o qual a validade e, portanto, a oponibilidade de um acordo de garantia financeira, são determinadas com base na lei do país em que a garantia financeira está localizada, é actualmente reconhecido por todos os Estados-Membros. Sem prejuízo da aplicação da presente directiva aos títulos detidos directamente, deve ser determinado o lugar onde se situa uma garantia constituída por títulos escriturais e detida por um ou mais intermediários. Se o direito do beneficiário de uma garantia for estabelecido por um acordo de garantia válido e aplicável por força do direito do país em que, a conta está localizada, a oponibilidade a qualquer título ou direito concorrente e a aplicabilidade da garantia são regidas unicamente pelo direito do referido país, evitando-se pois a incerteza jurídica que resultaria da intervenção de outra legislação não tida em conta.
- (9) A fim de limitar as formalidades administrativas a cumprir pelas partes que utilizam a garantia financeira prevista na presente directiva, a única condição de validade susceptível de ser imposta pelo direito nacional relativamente à garantia financeira deve ser a entrega, a transferência, a detenção, o registo ou a designação dos títulos fornecidos a título dessa garantia por forma a que estejam na posse ou sob o controlo do beneficiário da garantia ou de uma pessoa que actue em nome do beneficiário da garantia, não excluindo técnicas de garantia que permitam ao prestador da garantia substituir a garantia ou retirar o seu excedente.
- (10) Pelos mesmos motivos, a celebração, validade, conclusão, exequibilidade ou admissibilidade enquanto prova de um acordo de garantia financeira, ou a prestação de uma garantia financeira no âmbito de um acordo de garantia financeira, não deverão depender da realização de qualquer acto formal, como o estabelecimento de um documento sob qualquer forma específica ou de algum modo especial, o registo num organismo oficial ou público ou a inscrição num registo público, o anúncio num jornal ou revista, num registo ou publicação oficial, ou sob qualquer outra forma, a notificação de um funcionário público, o fornecimento de prova sob forma especial quanto à data de estabelecimento de um documento ou instrumento, o montante das obrigações financeiras em causa ou qualquer outra questão. Todavia, a presente directiva deve proporcionar o equilíbrio entre a eficácia do mercado e a segurança das partes no acordo e de terceiros, evitando desse modo mormente o risco de fraude. Esse equilíbrio será alcançado pelo facto de o âmbito de aplicação da directiva abranger apenas os acordos de garantia financeira que prevêm alguma forma de desapossamento, ou seja, a prestação de garantia financeira, e quando a prestação da garantia financeira possa ser provada por escrito ou num suporte duradouro, garantindo desse modo a rastreabilidade dessa garantia. Para efeitos da presente directiva, os actos exigidos nos termos da legislação de um Estado-Membro enquanto condição necessária para a transferência ou constituição de penhor sobre instrumentos financeiros que não sejam títulos escriturais, tais como o endosso em caso de títulos à ordem, ou a inscrição no registo do emitente em caso de títulos registados, não deverão ser considerados actos formais.
- (11) Além disso, a presente directiva deverá proteger exclusivamente os acordos de garantia financeira susceptíveis de serem provados. Essa prova pode ser feita por escrito ou de qualquer outro modo juridicamente vinculativo previsto pela legislação aplicável aos acordos de garantia financeira.
- (12) Esta simplificação da utilização das garantias financeiras, decorrente de uma limitação das obrigações administrativas, irá reforçar a eficácia das operações transfronteiras do Banco Central Europeu e dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros participantes na União Económica e Monetária, essencial para a prossecução da política monetária comum. Por outro lado, a imunização limitada dos acordos de garantia financeira face a certas disposições das legislações em matéria de falência irá facilitar o funcionamento da componente mais geral da política monetária comum, no âmbito da qual os operadores do mercado monetário reequilibram entre si a liquidez global do mercado através de transacções transfronteiras cobertas por garantias.
- (13) A presente directiva visa proteger a validade dos acordos de garantia financeira baseados na transferência da plena propriedade da garantia financeira, por exemplo através da eliminação da «requalificação» desses acordos de garantia financeira (incluindo os acordos de recompra) como penhores de títulos.
- (14) A aplicabilidade da compensação bilateral com vencimento antecipado («close-out netting») deve ser assegurada, não apenas enquanto mecanismo de execução dos acordos de garantia financeira com transferência de titularidade, incluindo os acordos de recompra, mas também, e em termos mais gerais, quando a compensação com vencimento antecipado faz parte integrante de um acordo de garantia financeira. As boas práticas de gestão de riscos aplicadas em geral nos mercados financeiros devem ser preservadas, permitindo-se aos operadores gerir e limitar, numa base líquida, os riscos de crédito associados às diferentes transacções financeiras por eles efectuadas, sendo o risco de crédito calculado mediante a adição de todos os riscos actuais inerentes às transacções em curso com uma determinada contraparte, seguida de uma compensação das posições simétricas, o que permitirá obter um montante global único, que será comparado com o valor actual da garantia.

- (15) A presente directiva não prejudica qualquer das restrições ou requisitos da legislação nacional no que se refere a ter em conta os créditos e obrigações aquando da compensação ou da compensação, relativamente por exemplo à sua reciprocidade ou ao facto de terem sido concluídas antes de o beneficiário da garantia ter tido ou dever ter tido conhecimento da abertura (ou da existência de um acto jurídico vinculativo conducente à abertura) de processos de liquidação ou de saneamento relativamente ao prestador da garantia.
- (16) Deve ser preservada de certas regras de invalidação automática a boa prática dos mercados financeiros, que merece o apoio das autoridades de regulamentação, nos termos da qual os operadores gerem e limitam o risco de crédito recíproco mediante mecanismos de garantia financeira complementar («*top-up collateral*»), em que o risco de crédito e a garantia financeira são avaliados com base no seu valor de mercado actual, podendo de seguida o credor reclamar um complemento de garantia financeira ou libertar um eventual excedente de garantia. A possibilidade de substituir os activos fornecidos enquanto garantia financeira por outros activos de igual valor deve igualmente ser preservada. A intenção é simplesmente impedir que o fornecimento da garantia financeira complementar ou de substituição seja posto em causa apenas com base no facto de as obrigações financeiras cobertas já existirem antes da prestação da garantia financeira, ou de a garantia financeira ter sido prestada durante determinado período. Todavia, a presente disposição não prejudica a possibilidade de contestar ao abrigo da legislação nacional o acordo de garantia financeira e a prestação de garantia financeira enquanto parte da prestação inicial, de uma garantia financeira complementar ou de substituição, por exemplo sempre que tal tenha sido realizado intencionalmente em detrimento de outros credores (este aspecto abrange designadamente as acções baseadas na fraude ou regras de invalidação semelhantes susceptíveis de ser aplicadas num determinado período).
- (17) A presente directiva institui processos de execução rápidos e não formalistas que permitem salvaguardar a estabilidade financeira e limitar efeitos de contágio em caso de incumprimento de uma das partes num acordo de garantia financeira. Todavia, a presente directiva equilibra os objectivos supramencionados com a protecção do prestador de garantia e de terceiros, pela confirmação explícita da possibilidade de os Estados-Membros manterem ou introduzirem na sua legislação nacional um controlo *a posteriori* susceptível de ser exercido pelos tribunais no que respeita à realização ou determinação do valor da garantia financeira e ao cálculo das obrigações financeiras cobertas. Tal controlo deverá permitir que as autoridades judiciais verifiquem que a realização ou determinação do valor foi efectuada segundo critérios comerciais razoáveis.
- (18) Deve ser possível fornecer garantias em numerário segundo sistemas de transferência da titularidade e de constituição de garantia real, protegidos respectivamente pelo reconhecimento da compensação ou pelo penhor do montante em numerário. Por numerário entende-se exclusivamente o dinheiro representado por um crédito sobre uma conta ou por créditos similares sobre a restituição de dinheiro (como os depósitos no mercado monetário), o que exclui explicitamente as notas de banco.
- (19) A presente directiva introduz um direito de disposição, no caso dos acordos de garantia financeira com constituição de penhor, o que aumentará a liquidez nos mercados em resultado da reutilização dos títulos dados em penhor. Todavia, esta reutilização não prejudica a legislação nacional relativa à separação dos patrimónios e à igualdade de tratamento dos credores.
- (20) A presente directiva não prejudica o funcionamento nem os efeitos das cláusulas contratuais dos instrumentos financeiros fornecidos a título de garantia financeira, tais como os direitos e obrigações e outras condições constantes das condições de emissão, bem como quaisquer outros direitos, obrigações e condições aplicáveis entre os emitentes e os detentores desses instrumentos.
- (21) A presente directiva está em conformidade com os direitos fundamentais e, nomeadamente, com os princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- (22) Como o objectivo da acção proposta, ou seja, a instituição de um regime mínimo em matéria de utilização das garantias financeiras, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros, e pode pois, devido à dimensão e aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade, consagrado no artigo 5.º do Tratado. Segundo o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo,

ADOPTARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1. A presente directiva estabelece um regime comunitário aplicável aos acordos de garantia financeira que satisfaçam as condições estabelecidas nos n.ºs 2 e 5, e à garantia financeira que satisfaça as condições estabelecidas nos n.ºs 4 e 5.
2. O beneficiário da garantia e o prestador da garantia devem pertencer a uma das seguintes categorias:
  - a) Uma entidade pública, excluindo as empresas que beneficiam de garantia estatal, excepto se forem abrangidas pelas alíneas b) a e), incluindo:
    - i) organismos do sector público dos Estados-Membros responsáveis pela gestão da dívida pública ou que intertenham nesse domínio, e

- ii) organismos do sector público dos Estados-Membros autorizados a deter contas de clientes;
- b) Um banco central, o Banco Central Europeu, o Banco de Pagamentos Internacionais, um banco multilateral de desenvolvimento tal como definido no n.º 19 do artigo 1.º da Directiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Março de 2000, relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício ⁽¹⁾, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Europeu de Investimento;
- c) Uma instituição financeira sujeita a supervisão prudencial, incluindo:
- i) uma instituição de crédito tal como definida no n.º 1 do artigo 1.º da Directiva 2000/12/CE, incluindo as instituições enumeradas no n.º 3 do artigo 2.º da mesma directiva,
- ii) uma empresa de investimento tal como definida no n.º 2 do artigo 1.º da Directiva 93/22/CEE do Conselho, de 10 de Maio de 1993, relativa aos serviços de investimento no domínio dos valores mobiliários ⁽²⁾,
- iii) uma instituição financeira tal como definida no n.º 5 do artigo 1.º da Directiva 2000/12/CE,
- iv) uma empresa de seguros tal como definida na alínea a) do artigo 1.º da Directiva 92/49/CEE do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao seguro directo não vida ⁽³⁾ e uma empresa de seguros de vida tal como definida na alínea a) do artigo 1.º da Directiva 92/96/CEE do Conselho, de 10 de Novembro de 1992, que estabelece a coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas ao seguro directo vida ⁽⁴⁾,
- v) um organismo de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) tal como definido no n.º 2 do artigo 1.º da Directiva 85/611/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1985, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) ⁽⁵⁾,
- vi) uma sociedade de gestão tal como definida no n.º 2 do artigo 1.º A da Directiva 85/611/CEE;
- d) Uma contraparte central, um agente de liquidação ou uma câmara de compensação, tal como definidos respectivamente nas alíneas c), d) e e) do artigo 2.º da Directiva 98/26/CE, incluindo instituições similares regulamentadas no âmbito da legislação nacional que operem nos mercados de futuros e de opções e nos mercados de instrumentos derivados não abrangidos por essa directiva, e uma pessoa que não seja uma pessoa singular, que aja na sua qualidade de fiduciário ou de representante por conta de uma ou mais pessoas, incluindo quaisquer detentores de obrigações ou de outras formas de títulos de dívida, ou qualquer instituição tal como definida nas alíneas a) a d);
- e) Uma pessoa que não seja uma pessoa singular, incluindo as empresas não constituídas em sociedade e os agrupamentos, desde que a outra parte seja uma instituição, tal como definida nas alíneas a) a d).
3. Os Estados-Membros podem excluir do âmbito de aplicação da presente directiva os acordos de garantia financeira em que uma das partes seja uma pessoa na acepção da alínea e) do n.º 2.
- Sempre que recorram a esta possibilidade, os Estados-Membros informarão do facto a Comissão que, por sua vez, informará os restantes Estados-Membros.
4. a) A garantia financeira a prestar deve consistir em numerário ou instrumentos financeiros;
- b) Os Estados-Membros podem excluir do âmbito de aplicação da directiva a garantia financeira que consista em acções próprias do prestador de garantia, em acções em empresas associadas na acepção da Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas ⁽⁶⁾, e em acções em empresas cujo objectivo exclusivo consista em ser titular de meios de produção essenciais para a actividade empresarial do prestador de garantia ou de bens imóveis.
5. A presente directiva é aplicável à garantia financeira desde que tenha sido prestada e se tal puder ser provado por escrito.

⁽¹⁾ JO L 126 de 26.5.2000, p. 1. Directiva com a redacção que lhe foi dada pela Directiva 2000/28/CE (JO L 275 de 27.10.2000, p. 37).

⁽²⁾ JO L 141 de 11.6.1993, p. 27. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2000/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 290 de 17.11.2000, p. 27).

⁽³⁾ JO L 228 de 11.8.1992, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2000/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

⁽⁴⁾ JO L 360 de 9.12.1992, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2000/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

⁽⁵⁾ JO L 375 de 31.12.1985, p. 3. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/108/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 41 de 13.2.2002, p. 35).

O fornecimento da prova da prestação de garantia financeira deve permitir a identificação da garantia financeira a que corresponde. Para o efeito, basta provar que a garantia sob a forma de títulos escriturais foi creditada na conta de referência ou constitui um crédito nessa conta e que a garantia em numerário foi creditada numa conta designada ou constitui um crédito nessa conta.

⁽⁶⁾ JO L 193 de 18.7.1983, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 283 de 27.10.2001, p. 28).

A presente directiva é aplicável aos acordos de garantia financeira no caso de ser possível fazer prova do referido acordo por escrito ou de uma forma juridicamente equivalente.

Artigo 2.º

Definições

1. Para efeitos da presente directiva entende-se por:

- a) «Acordo de garantia financeira», um acordo de garantia financeira com transferência de titularidade ou um acordo de garantia financeira com constituição de penhor, quer estes acordos estejam ou não cobertos por um acordo principal ou por condições e termos gerais;
- b) «Acordo de garantia financeira com transferência de titularidade», um acordo, incluindo os acordos de recompra, ao abrigo do qual o prestador da garantia transfere a propriedade da garantia financeira para o beneficiário da garantia a fim de assegurar a execução das obrigações financeiras cobertas ou de as cobrir de outra forma;
- c) «Acordo de garantia financeira com constituição de penhor», um acordo ao abrigo do qual o prestador da garantia constitui a favor do beneficiário da garantia ou presta a este uma garantia financeira a título de penhor, conservando o prestador da garantia a plena propriedade da garantia quando é estabelecido o direito de penhor;
- d) «Numerário», dinheiro creditado numa conta, em qualquer moeda, ou créditos similares que confirmam o direito à restituição de dinheiro, tais como depósitos no mercado monetário;
- e) «Instrumentos financeiros», acções e outros valores mobiliários equivalentes a acções, bem como obrigações e outros instrumentos de dívida, se forem negociáveis no mercado de capitais, e quaisquer outros valores mobiliários habitualmente negociados e que confirmam o direito a adquirir tais acções, obrigações ou outros valores mobiliários através de subscrição, compra ou troca ou que dêem lugar a uma liquidação em numerário (com a exclusão dos meios de pagamento) incluindo as unidades de participação em organismos de investimento colectivo, os instrumentos do mercado monetário e os créditos ou direitos sobre quaisquer dos instrumentos referidos ou a eles associados;
- f) «Obrigações financeiras cobertas», as obrigações que são garantidas por um acordo de garantia financeira e que dão direito a uma liquidação em numerário e/ou à entrega de instrumentos financeiros.

Estas obrigações podem consistir total ou parcialmente em:

- i) obrigações presentes ou com prazo certo, efectivas, condicionais ou futuras, incluindo as obrigações decorrentes de um acordo principal ou de um instrumento semelhante,

ii) obrigações em relação ao beneficiário da garantia, a cargo de uma pessoa que não o prestador da garantia,

iii) obrigações ocasionais, de uma determinada categoria ou tipo;

g) «Garantia sob a forma de títulos escriturais», uma garantia financeira que tenha sido prestada ao abrigo de um acordo de garantia financeira que consista em instrumentos financeiros e cuja titularidade seja comprovada pela inscrição num registo ou numa conta mantida por um intermediário ou em seu nome;

h) «Conta de referência», em relação às garantias sob a forma de títulos escriturais, no quadro de um acordo de garantia financeira, o registo ou a conta, que podem ser mantidos pelo beneficiário da garantia, em que são feitas as inscrições, mediante as quais essa garantia é prestada ao beneficiário da garantia;

i) «Garantia equivalente»:

i) tratando-se de numerário, um pagamento do mesmo montante e na mesma moeda,

ii) tratando-se de instrumentos financeiros, instrumentos financeiros do mesmo emitente ou devedor, que façam parte da mesma emissão ou categoria e tenham o mesmo valor nominal, sejam expressos na mesma moeda e tenham a mesma denominação ou, quando o acordo de garantia financeira preveja a transferência de outros activos em caso de ocorrência de um facto que diga respeito ou afecte os instrumentos financeiros fornecidos enquanto garantia financeira ou com eles relacionados, estes outros activos;

j) «Processo de liquidação», um processo colectivo que inclui a realização de activos e a repartição do produto dessa realização entre os credores, os accionistas ou os membros, consoante o caso, e que implica a intervenção de uma autoridade administrativa ou judicial, incluindo os casos em que este processo é encerrado mediante uma concordata ou qualquer outra medida análoga, independentemente de se basear ou não numa falência e de ter carácter voluntário ou obrigatório;

k) «Medidas de saneamento», medidas que implicam a intervenção de uma autoridade administrativa ou judicial e destinadas a preservar ou restabelecer a situação financeira e que afectam os direitos preexistentes de terceiros, incluindo nomeadamente as medidas que envolvem uma suspensão de pagamentos, uma suspensão das medidas de execução ou uma redução do montante dos créditos;

- l) «Facto que desencadeia a execução», um caso de incumprimento ou qualquer acontecimento análogo acordado entre as partes cuja ocorrência determine, nas condições previstas num acordo de garantia financeira ou em aplicação da lei, que o beneficiário da garantia tem o direito de realizar ou de se apropriar da garantia financeira, ou desencadeie uma compensação com vencimento antecipado («close-out netting»);
- m) «Direito de disposição», o direito conferido ao beneficiário da garantia de utilizar ou alienar a garantia financeira prestada nos termos de um acordo de garantia financeira com constituição de penhor, como seu proprietário, nas condições desse acordo de garantia financeira;
- n) «Cláusula de compensação com vencimento antecipado», uma disposição de um acordo de garantia financeira, ou de um acordo que inclua uma garantia financeira ou, na falta de uma disposição desse tipo, qualquer disposição legal ao abrigo da qual, aquando da ocorrência do facto que desencadeia a execução, por compensação («netting» ou «set-off») ou por outro meio:
- i) o vencimento das obrigações cobertas das partes é antecipado, passando a ser imediatamente devidas e expressas enquanto obrigação de pagar um montante que represente o seu valor actual estimado, ou são extintas e substituídas por uma obrigação de pagar um tal montante, e/ou,
- ii) é apurado o montante devido por cada parte à outra relativamente a essas obrigações, devendo uma quantia líquida igual ao saldo da conta ser paga pela parte cuja dívida é mais elevada.

2. Na presente directiva, as referências à garantia financeira que é «prestada» ou à «prestação» de uma garantia financeira dizem respeito à garantia financeira que é entregue, transferida, detida, registada ou objecto de outro tratamento de tal modo que esteja na posse ou sob o controlo do beneficiário da garantia ou de uma pessoa que actue em nome do beneficiário da garantia. O direito de substituir ou de retirar o seu excedente em favor do prestador da garantia não deve prejudicar a garantia financeira já prestada ao beneficiário da garantia, tal como previsto na presente directiva.

3. Na presente directiva, a referência a «por escrito» inclui o registo em suporte electrónico ou em qualquer outro suporte duradouro.

Artigo 3.º

Requisitos formais

1. Os Estados-Membros não exigirão que a constituição, validade, conclusão, exequibilidade ou admissibilidade enquanto prova de um acordo de garantia financeira ou a prestação de uma garantia financeira ao abrigo de um acordo de garantia financeira estejam subordinadas à realização de qualquer acto formal.

2. O disposto no n.º 1 não prejudica o facto de a presente directiva só se aplicar à garantia financeira quando esta tiver sido prestada e for possível fazer prova por escrito dessa pres-

tação e quando for possível fazer prova do acordo de garantia financeira, por escrito ou de uma forma juridicamente equivalente.

Artigo 4.º

Execução de acordos de garantia financeira

1. Os Estados-Membros assegurarão que sempre que ocorra um facto que desencadeie a execução, o beneficiário da garantia tenha a possibilidade de realizar de uma das seguintes formas qualquer garantia financeira fornecida ao abrigo de um acordo de garantia financeira com constituição de penhor e segundo as disposições nele previstas:

- a) Instrumentos financeiros mediante venda ou apropriação, quer compensando o seu valor, quer aplicando-o para liquidação das obrigações financeiras cobertas;
- b) Numerário, quer compensando o seu montante com as obrigações financeiras cobertas, quer aplicando-o para a sua liquidação.

2. A apropriação só é possível nos seguintes casos:

- a) Ter sido convencionada entre as partes no acordo de garantia financeira com constituição de penhor; e
- b) Ter existido acordo entre as partes sobre a avaliação dos instrumentos financeiros no quadro do acordo de garantia financeira com constituição de penhor.

3. Os Estados-Membros que, em ... (*), não autorizem a apropriação, não são obrigados a reconhecê-la.

Sempre que recorram a esta possibilidade, os Estados-Membros devem informar a Comissão desse facto e esta, por sua vez, deve informar os restantes Estados-Membros.

4. As formas de realizar a garantia financeira referidas no n.º 1 não estão, sob reserva das condições decididas no acordo de garantia financeira com constituição de penhor, sujeitas à obrigação de:

- a) Notificação prévia da intenção de proceder à realização;
- b) As condições da realização serem aprovadas por um tribunal, funcionário público ou outra pessoa;
- c) A realização ser efectuada através de um leilão público ou segundo qualquer outra forma prescrita; ou
- d) Ter decorrido qualquer prazo adicional.

5. Os Estados-Membros asseguram que um acordo de garantia financeira produza efeitos, nas condições nele previstas, não obstante a abertura ou prossecução de um processo de liquidação ou de medidas de saneamento relativamente ao prestador ou ao beneficiário da garantia.

(*) Data de entrada em vigor da presente directiva.

6. O disposto no presente artigo e nos artigos 5.º, 6.º e 7.º não prejudica qualquer obrigação, imposta nos termos da legislação nacional, de proceder à realização ou avaliação da garantia financeira e ao cálculo das obrigações financeiras cobertas segundo critérios comerciais razoáveis.

Artigo 5.º

Direito de disposição da garantia financeira ao abrigo de acordos de garantia financeira com constituição de penhor

1. Na medida em que as condições de um acordo de garantia financeira com constituição de penhor o prevejam, os Estados-Membros asseguram que o beneficiário da garantia esteja habilitado a exercer o direito de disposição no que respeita a uma garantia financeira prestada por força de um acordo de garantia financeira com constituição de penhor.

2. Sempre que um beneficiário da garantia exerça o direito de disposição, incorre por tal facto na obrigação de transferir uma garantia equivalente que substitua a garantia financeira original, o mais tardar na data devida para o cumprimento das obrigações financeiras relevantes do acordo de garantia financeira com constituição de penhor.

Em alternativa, na data fixada para a execução das obrigações financeiras relevantes, o beneficiário da garantia ou transfere a garantia equivalente ou, na medida em que as condições do acordo de garantia financeira com constituição de penhor o prevejam, a aplica, quer em compensação quer para liquidação das obrigações financeiras cobertas.

3. A garantia equivalente transferida em cumprimento de uma obrigação nos termos do primeiro parágrafo do n.º 2 está sujeita ao mesmo acordo de garantia financeira com constituição de penhor a que a garantia original estava sujeita e é considerada como tendo sido prestada ao abrigo do acordo de garantia financeira com constituição de penhor, no mesmo momento em que a garantia financeira original foi prestada pela primeira vez.

4. Os Estados-Membros asseguram que a disposição da garantia financeira pelo beneficiário da garantia, nos termos do presente artigo, não torne inválidos ou inaplicáveis os direitos do beneficiário da garantia ao abrigo do acordo de garantia financeira com constituição de penhor em relação à garantia financeira transferida pelo beneficiário da garantia em cumprimento de uma obrigação nos termos do primeiro parágrafo do n.º 2.

5. Se ocorrer um facto que desencadeie a execução enquanto não tiver sido cumprida uma obrigação referida no primeiro parágrafo do n.º 2, a obrigação pode ser objecto de compensação com vencimento antecipado.

Artigo 6.º

Reconhecimento de acordos de garantia financeira com transferência de titularidade

1. Os Estados-Membros asseguram que um acordo de garantia financeira com transferência de titularidade possa produzir efeitos, nas condições nele previstas.

2. Se ocorrer um facto que desencadeie a execução enquanto não tiver sido cumprida uma obrigação do beneficiário da garantia de transferir uma garantia equivalente ao abrigo de

um acordo de garantia financeira com transferência de titularidade, a referida obrigação pode ser objecto de compensação com vencimento antecipado.

Artigo 7.º

Reconhecimento das cláusulas de compensação com vencimento antecipado

1. Os Estados-Membros asseguram que uma cláusula de compensação com vencimento antecipado possa produzir efeitos, nas condições previstas no acordo:

- a) Não obstante a abertura ou a prossecução de um processo de liquidação ou de medidas de saneamento, relativamente ao prestador da garantia e/ou ao beneficiário da garantia; e/ou
- b) Não obstante qualquer alegada cessão, apreensão judicial ou de outra natureza ou qualquer outra alienação desses direitos ou que a eles diga respeito.

2. Os Estados-Membros asseguram que a aplicação de uma cláusula de compensação com vencimento antecipado possa ser sujeita a nenhum dos requisitos previstos no n.º 4 do artigo 4.º, salvo acordo em contrário das partes.

Artigo 8.º

Inaplicabilidade de certas disposições em matéria de falência

1. Os Estados-Membros asseguram que um acordo de garantia financeira bem como a prestação de uma garantia financeira ao abrigo desse acordo não possam ser declarados inválidos ou nulos ou ser anulados pelo simples facto de ter entrado em vigor o acordo de garantia financeira ou ter sido prestada a garantia financeira:

- a) No dia de abertura de um processo de liquidação ou da tomada de medidas de saneamento, mas antes de proferidos o despacho ou a sentença respectivos; ou
- b) Num determinado período anterior, definido por referência à abertura de um processo de liquidação ou a medidas de saneamento ou por referência à emissão de qualquer despacho ou sentença, ou à tomada de qualquer outra medida ou à ocorrência de qualquer outro facto no decurso desse processo ou dessas medidas.

2. Os Estados-Membros asseguram que, quando um acordo de garantia financeira ou uma obrigação financeira coberta tiver entrado em vigor, ou a garantia financeira tiver sido prestada na data de um processo de liquidação ou de medidas de saneamento, mas após a abertura do mesmo processo ou da tomada das referidas medidas, o acordo produza efeitos jurídicos e seja oponível a terceiros no caso de o beneficiário da garantia poder provar que não tinha conhecimento, nem deveria ter tido conhecimento, da abertura desse processo ou da tomada dessas medidas.

3. Quando um acordo de garantia preveja:

- a) A obrigação de prestar uma garantia financeira ou uma garantia financeira adicional, a fim de serem tidas em consideração variações do valor da garantia financeira ou do montante das obrigações financeiras cobertas; ou

b) O direito de retirar a garantia financeira, prestando, a título de substituição ou de troca, uma garantia financeira de valor equivalente,

os Estados-Membros asseguram que a prestação da garantia financeira, da garantia financeira adicional ou da garantia financeira de substituição ou alternativa a título de tal obrigação ou direito não seja considerada inválida ou anulada ou declarada nula unicamente com base nos seguintes motivos:

i) essa prestação ter sido realizada no dia da abertura de um processo de liquidação ou de medidas de saneamento, mas antes de proferidos o despacho ou a sentença respectivos, ou no decorrer de um período determinado anterior e definido por referência à abertura do processo de liquidação ou a medidas de saneamento ou por referência à elaboração de qualquer despacho ou sentença, à tomada de qualquer outra medida ou à ocorrência de qualquer outro facto no decurso desse processo ou dessas medidas, e/ou

ii) as obrigações financeiras cobertas terem-se constituído em data anterior à prestação da garantia financeira, da garantia financeira adicional ou da garantia financeira de substituição ou alternativa.

4. Sem prejuízo dos n.ºs 1, 2 e 3, a presente directiva não afecta as normas gerais da legislação nacional em matéria de falência no que diz respeito à anulação das operações concluídas durante o período determinado referido na alínea b) do n.º 1 e na subalínea i) do n.º 3.

Artigo 9.º

Conflito de leis

1. Qualquer questão que diga respeito a uma das matérias especificadas no n.º 2, colocada em relação a uma garantia sob a forma de títulos escriturais, será regulada pela lei do país em que a conta de referência está localizada. A referência à lei do país deve ser entendida como uma referência ao seu direito interno, não devendo ser tomada em consideração qualquer regra ao abrigo da qual deva ser feita remissão para a lei de outro país, para a decisão sobre a questão em apreço.

2. As matérias a que se refere o n.º 1 são as seguintes:

a) A natureza jurídica e os efeitos patrimoniais da garantia sob a forma de títulos escriturais;

b) As exigências relativas à celebração de um acordo de garantia financeira sob a forma de títulos escriturais e a prestação de uma garantia sob a forma de títulos escriturais ao abrigo de um acordo e, mais genericamente, a realização das formalidades necessárias para tornar esse acordo e essa prestação oponíveis a terceiros;

c) A questão de saber se o direito de propriedade ou outro direito de uma pessoa a tal garantia sob a forma de títulos escriturais cede perante um outro direito de propriedade concorrente ou lhe está subordinado ou se teve lugar uma aquisição pela posse de boa fé;

d) As formalidades necessárias à execução de uma garantia sob a forma de títulos escriturais, na sequência de um acontecimento que desencadeia a execução.

Artigo 10.º

Relatório da Comissão

O mais tardar ... (*), a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a execução da presente directiva, em especial do n.º 3 do artigo 1.º, do n.º 3 do artigo 4.º e do artigo 5.º, acompanhado de eventuais propostas de revisão.

Artigo 11.º

Transposição

Os Estados-Membros devem pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva, o mais tardar em ... (**), e informar imediatamente a Comissão desse facto.

Quando os Estados-Membros aprovarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão aprovadas pelos Estados-Membros.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 13.º

Destinatários

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em ...

Pelo Parlamento Europeu
O Presidente

Pelo Conselho
O Presidente

(*) Quatro anos e meio a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.

(**) 18 meses a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.

NOTA JUSTIFICATIVA DO CONSELHO

I. INTRODUÇÃO

Em 28 de Março de 2001, a Comissão transmitiu ao Conselho uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos acordos de garantia financeira, com base no Tratado que instituiu a Comunidade Europeia, nomeadamente o artigo 95.º ⁽¹⁾. O Banco Central Europeu e o Comité Económico e Social emitiram parecer, respectivamente, em 13 de Junho de 2001 ⁽²⁾ e em 28 de Novembro de 2001 ⁽³⁾. O Parlamento Europeu emitiu parecer, em primeira leitura, em 13 de Dezembro de 2001 ⁽⁴⁾.

Em 5 de Março de 2002, o Conselho adoptou a sua posição comum, nos termos do artigo 251.º do Tratado.

II. OBJECTIVO

A directiva tem por objectivo instituir um regime comunitário aplicável aos valores mobiliários e aos montantes pecuniários nas aquisições com penhor de títulos e nas transferências de titularidade, incluindo os acordos de recompra (reporte), a fim de aumentar a segurança jurídica dos acordos em questão. Para concretizar este objectivo, a directiva prevê que os Estados-Membros devem assegurar que certas disposições legislativas em matéria de falência não sejam aplicáveis a esses acordos, nomeadamente as disposições que poderiam constituir um obstáculo à execução da garantia financeira ou que sejam susceptíveis de suscitar incertezas em relação à validade de técnicas actualmente utilizadas pelos mercados, tais como a compensação bilateral com vencimento antecipado, a prestação de garantias adicionais sob a forma de garantias complementares e as substituições de garantias.

A criação deste regime contribuirá para a integração e o funcionamento ao menor custo do mercado financeiro, bem como para a estabilidade do sistema financeiro da Comunidade, objectivo que adquiriu ainda mais realce em virtude da turbulência dos mercados no Outono de 2001.

A directiva deve ser encarada no contexto jurídico europeu, de que fazem parte, em especial, a directiva relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de liquidação de valores mobiliários (Directiva 98/26/CE) ⁽⁵⁾, bem como as directivas relativas ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito (2001/24/CE) ⁽⁶⁾ e das empresas de seguros (2001/17/CE) ⁽⁷⁾ e o Regulamento (CE) n.º 1346/2000, relativo aos processos de insolvência ⁽⁸⁾. A directiva está em consonância com o modelo geral destes actos jurídicos anteriores, completando-os e ultrapassando-os no que respeita a algumas questões.

III. ANÁLISE DA POSIÇÃO COMUM

1. Questões de ordem geral

A posição comum segue a abordagem da proposta da Comissão, com algumas alterações quanto à substância e à apresentação do texto. As principais modificações da proposta da Comissão reflectem as alterações propostas pelo Parlamento Europeu e dizem respeito:

- às pessoas e instituições abrangidas pela directiva (n.º 2 do artigo 1.º),
- ao fornecimento da prova do acordo de garantia financeira (n.º 5 do artigo 1.º),
- à introdução da técnica jurídica de «apropriação» (artigo 4.º),
- à disposição sobre o conflito de leis (artigo 9.º).

Adiante se explicam as modificações introduzidas em cada um dos artigos da proposta da Comissão.

⁽¹⁾ JO C 180 E de 26.6.2001, p. 312.

⁽²⁾ JO C 196 de 12.7.2001, p. 10.

⁽³⁾ JO C 48 de 21.2.2002, p. 1.

⁽⁴⁾ Ainda não publicado no Jornal Oficial.

⁽⁵⁾ JO L 166 de 11.6.1998, p. 45.

⁽⁶⁾ JO L 125 de 5.5.2001, p. 15.

⁽⁷⁾ JO L 110 de 20.4.2001, p. 28.

⁽⁸⁾ JO L 160 de 30.6.2000, p. 1.

2. Âmbito (artigo 1.º)

Os artigos 1.º e 2.º da proposta da Comissão foram reunidos num novo artigo 1.º, a fim de deixar claro que o regime comunitário estabelecido pela directiva abrange unicamente os acordos de garantia financeira e a garantia financeira incluída no âmbito de aplicação, que é em seguida definido no artigo. A estrutura do artigo 1.º, que agora compreende o correspondente artigo 2.º da proposta da Comissão, sofreu as modificações que adiante se enumeram, a fim de tornar mais clara e estruturada a apresentação das disposições pertinentes e de ter em conta as alterações propostas pelo Parlamento Europeu. A nova estrutura atende nomeadamente à necessidade de precisão que está expressa na alteração 4 do Parlamento Europeu, a qual é, assim, incluída quanto ao espírito.

O âmbito de aplicação é definido no que respeita às partes nos acordos de garantia financeira, n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 1.º, e no que respeita à garantia financeira prestada ao abrigo do acordo, n.ºs 4 e 5 do artigo 1.º

Quanto às pessoas abrangidas, o âmbito definido reflecte estreitamente a abordagem proposta pelo Parlamento Europeu nas alterações 5, 6, 7, 8 e 9. A alteração 5 foi incluída na sua substância, embora com uma redacção diferente, na medida em que a posição comum estipula que tanto o beneficiário como o prestador da garantia devem pertencer a uma das categorias enumeradas na directiva, acrescentando, no n.º 2, alínea e), do artigo 1.º, que se uma das partes não for uma pessoa singular, a outra parte tem de pertencer a uma das categorias referidas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do mesmo artigo. Por outras palavras, desde que uma das partes seja uma instituição de natureza financeira, descrita nas alíneas a) a d), a outra parte pode ser uma instituição de natureza financeira, definida nessas mesmas alíneas, ou qualquer uma das pessoas referidas na alínea e).

As alterações 6, 7, 8 e 9 foram todas elas incluídas, com as seguintes alterações de redacção:

- no n.º 2, alínea a), do artigo 1.º (alteração 6), foi deixado claro que a exclusão das empresas com garantia estatal se aplica a ambas as categorias de instituições abrangidas pela disposição,
- a redacção da alínea c), relativa às instituições financeiras, corresponde à que foi proposta pelo Parlamento Europeu na alteração 8, excepto quanto às referências a uma contraparte central, um agente de liquidação ou uma câmara de compensação, que foram inseridas numa alínea d) separada, visto tratar-se de instituições que não são forçosamente instituições financeiras sujeitas a supervisão prudencial; foi também acrescentada uma referência às instituições similares que operam nos mercados de futuros e de opções e nos mercados de instrumentos derivados,
- a alínea e), relativa a todas as pessoas colectivas, foi incluída nos moldes propostos pelo Parlamento Europeu na alteração 9, excepto quanto à referência a uma pessoa que não seja uma pessoa singular, que aja na sua qualidade de fiduciário por conta de detentores de obrigações — esta referência foi inserida na alínea d), tida como mais apropriada.

A fim de estabelecer o correcto equilíbrio entre, por um lado, a necessidade de não alargar indevidamente o âmbito da directiva, em detrimento dos outros credores numa situação de falência, e, por outro lado, a necessidade de garantir que os objectivos da directiva sejam alcançados, o Conselho considerou que convinha introduzir, no n.º 3 do artigo 1.º, a possibilidade de os Estados-Membros limitarem o âmbito do regime especial estabelecido pela directiva aos acordos de garantia financeira em que ambas as partes pertençam às instituições de natureza financeira a que se refere o n.º 2, alíneas a) a d), do artigo 1.º Uma vez que esta possibilidade constituirá uma excepção ao regime geral instituído na directiva, está previsto um procedimento especial de notificação para os casos em que um Estado-Membro dela faça uso.

O n.º 4 do artigo 1.º determina quais os elementos em que a garantia financeira deve consistir. A alínea a) corresponde à definição de «garantia financeira» que consta da alínea g) do artigo 3.º da proposta da Comissão. A alínea b) foi introduzida para assegurar que os Estados-Membros possam excluir do âmbito de aplicação uma determinada garantia financeira que, podendo embora ser abrangida pela definição de «instrumento financeiro», esteja directamente ligada aos meios de produção do prestador de garantia.

No n.º 5 do artigo 1.º, o primeiro parágrafo deixa claro que a directiva apenas é aplicável à garantia financeira depois de esta ter sido prestada. A alteração 3 do Parlamento Europeu é inserida com uma redacção ligeiramente modificada, tal como a alteração 10, que suprime o n.º 5 do artigo 2.º da proposta da Comissão. O n.º 2 do artigo 2.º explica o que se entende pelo termo «prestada», como adiante se refere.

O n.º 5 aborda igualmente a questão da prova relativa à prestação da garantia financeira e ao acordo de garantia financeira propriamente dito, abrangendo os aspectos já referidos no n.º 3, alínea a), do artigo 2.º da proposta da Comissão. A prestação da garantia financeira deve ser provada por escrito, permitindo a identificação da garantia a que corresponde. O acordo de garantia financeira deve ser provado por escrito ou de qualquer outro modo juridicamente vinculativo previsto pela legislação aplicável aos acordos de garantia financeira, por exemplo, gravações de conversas telefónicas.

Estes últimos requisitos em matéria de prova não devem ser confundidos com o requisito estabelecido no artigo 3.º, segundo o qual os acordos de garantia financeira ou a prestação de uma garantia financeira não deverão ficar subordinados à realização de qualquer acto formal (ver mais adiante).

3. Definições — artigo 2.º (artigo 3.º da proposta da Comissão)

As definições constantes do n.º 1 do artigo 2.º correspondem, em grande medida, às que foram propostas pela Comissão. Foram suprimidas, por serem desnecessárias, as definições dos termos «prestador da garantia», «beneficiário da garantia» e «venda com acordo de recompra». A definição de «garantia financeira» foi inserida na nova redacção do n.º 4, alínea a), do artigo 1.º Foram suprimidos o termo «conta de garantia sob a forma de valores mobiliários», desnecessário na sequência da reformulação do artigo 1.º, e o termo «intermediário relevante», que deixou de constar do texto depois da reformulação do artigo 9.º

Foi inserida uma nova definição de «numerário» que abrange o dinheiro creditado numa conta e os créditos sobre a restituição de dinheiro, tais como depósitos no mercado monetário, mas exclui as notas e as moedas, cuja inclusão no âmbito da directiva foi considerada desnecessária.

Foram introduzidas algumas alterações para conferir mais clareza ao texto, sem modificar as linhas essenciais das definições. Em especial:

- o termo «obrigações financeiras cobertas» foi alterado para retomar, quanto à substância, o n.º 6 do artigo 2.º da proposta da Comissão, no qual eram definidos os elementos que podiam constituir, total ou parcialmente, as obrigações financeiras relevantes,
- a definição de «facto que desencadeia a execução» foi alterada a fim de destacar o incumprimento enquanto factor que pode desencadear a realização da garantia financeira.

O n.º 2 do artigo 2.º especifica o que se entende por «garantia financeira que é prestada» e inclui, com uma redacção praticamente idêntica, a alteração 11 proposta pelo Parlamento Europeu. Deixa igualmente claro que o direito de substituir e de retirar não prejudica a prestação, enquanto tal, da garantia financeira. O Conselho entende que esta disposição substitui as alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 2.º da proposta da Comissão, que não são retomadas na posição comum.

O n.º 3 do artigo 2.º, que define a referência a «por escrito», inclui a alteração 12 proposta pelo Parlamento Europeu.

4. Requisitos formais — artigo 3.º (artigo 4.º da proposta da Comissão)

A posição comum mantém a orientação do artigo 4.º da proposta da Comissão, alargando-o também à prestação da garantia financeira. Nos termos deste artigo, os Estados-Membros não exigirão que a constituição, validade, conclusão, exequibilidade ou admissibilidade enquanto prova de um acordo de garantia financeira ou a prestação de uma garantia financeira ao abrigo de um acordo de garantia financeira estejam subordinadas à realização de qualquer acto formal.

O articulado não dá exemplos do que se entende por «acto formal», e o n.º 2 do artigo 4.º da proposta da Comissão foi suprimido. Mas o considerando 10, que explica os motivos subjacentes ao artigo 3.º, faculta algumas indicações como, por exemplo, o estabelecimento de um documento sob qualquer forma específica ou de algum modo especial, o registo num organismo oficial ou público ou a inscrição num registo público, o anúncio num jornal ou revista, num registo ou publicação oficial, ou sob qualquer outra forma, a notificação a um funcionário público ou o fornecimento de prova sob forma especial.

Para evitar toda e qualquer confusão entre o n.º 1 do artigo 3.º, a disposição sobre a prova, constante do n.º 5 do artigo 1.º, e a definição do termo «prestada», no n.º 2 do artigo 2.º, a posição comum introduz no artigo 3.º um novo n.º 2 destinado a deixar claro que o n.º 1 não prejudica as referidas disposições.

A este respeito, cabe assinalar que a posição comum tem por objectivo estabelecer um equilíbrio entre eficácia do mercado, razão na origem da exclusão dos actos formais, e a segurança das partes no acordo e de terceiros, evitando assim, nomeadamente, o risco de fraude. Este equilíbrio é alcançado pelo facto de o âmbito de aplicação da directiva abranger apenas os acordos de garantia financeira que prevêm alguma forma de desapossamento, tal como referido no n.º 5 do artigo 1.º e no n.º 2 do artigo 2.º, e sempre que a prestação da garantia financeira possa ser provada por escrito ou num suporte duradouro, tal como estabelecido no n.º 5 do artigo 1.º e no n.º 3 do artigo 2.º, garantindo desse modo a rastreabilidade dessa garantia. Para efeitos da directiva, os actos exigidos nos termos da legislação de um Estado-Membro enquanto condição necessária para a transferência ou constituição de penhor sobre instrumentos financeiros que não sejam títulos escriturais, tais como o endosso em caso de títulos à ordem, ou a inscrição no registo do emitente em caso de títulos registados, não deverão ser considerados actos formais.

5. Execução — artigo 4.º (artigo 5.º da proposta da Comissão)

O artigo 4.º da posição comum mantém, quanto à substância, o artigo 5.º da proposta da Comissão, que completa o artigo 3.º, proibindo que a execução de um contrato de garantia financeira seja subordinada a condições processuais e formais, e assegura a execução em caso de falência do prestador ou do beneficiário da garantia. A estrutura foi alterada para tornar o texto mais claro e de forma a incluir as alterações 13 e 14 propostas pelo Parlamento Europeu.

O n.º 1 do artigo 4.º segue de perto o n.º 1 do artigo 5.º da proposta da Comissão, com excepção da referência a obrigações relativas à realização, que é incluída num número separado (n.º 4), e reconhece a compensação como uma forma de realização.

A posição comum inclui a técnica jurídica da apropriação, tal como proposto pelo Parlamento Europeu, e integra no n.º 2 do artigo 4.º, quase *ipsis verbis*, a alteração 14 proposta pelo Parlamento Europeu. Sucede todavia que, como se trata de uma técnica desconhecida nalguns Estados-Membros e tendo-se receado que a sua introdução unicamente a respeito dos acordos de garantia financeira viesse causar incerteza jurídica nas zonas da Comunidade onde nunca foi aplicada, o Conselho considerou necessário prever, no n.º 3 do artigo 4.º da posição comum, a possibilidade de a técnica em questão não ser reconhecida pelos Estados-Membros que não autorizam a apropriação à data de entrada em vigor da directiva. Uma vez que esta possibilidade constituirá uma excepção ao regime geral instituído na directiva, está previsto um procedimento especial de notificação para os casos em que um Estado-Membro dela faça uso.

No n.º 4 do artigo 4.º, são referidas obrigações relativas à realização, mencionadas no n.º 1 do artigo 5.º da proposta, e incluída a alteração 13 proposta pelo Parlamento Europeu. O n.º 2 do artigo 5.º da proposta da Comissão foi deslocado, quanto à substância, para o artigo 7.º, relativo à compensação com vencimento antecipado. A substância do n.º 3 do artigo 5.º da proposta da Comissão foi incorporada, em termos mais claros, no n.º 5 do artigo 4.º da posição comum. O Conselho considerou desnecessário incluir exemplos dos elementos em que pode consistir o facto que desencadeia a execução, uma vez que esta noção se encontra definida no artigo 2.º

O n.º 6 do artigo 4.º corresponde ao n.º 5 do artigo 5.º da proposta da Comissão, mas foi alargado para abranger o cálculo das obrigações financeiras cobertas.

6. Direito de disposição — artigo 5.º (artigo 6.º da proposta da Comissão)

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º da posição comum incluem na íntegra a alteração 15 proposta pelo Parlamento Europeu, numa forma ligeiramente modificada. O n.º 2 do artigo 5.º deixa ainda claro que o beneficiário da garantia pode, caso o acordo de garantia financeira com constituição de penhor o preveja, optar por realizar a garantia equivalente, quer em compensação quer para liquidação das obrigações financeiras cobertas.

O n.º 3 do artigo 5.º combina, quanto à substância, os n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º da proposta da Comissão, numa forma alterada que tem em conta a nova redacção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º

O n.º 4 do artigo 5.º destina-se a deixar claro que, se exercer o direito de reutilização, o beneficiário da garantia não perde os seus direitos ao abrigo do acordo de garantia financeira.

O n.º 5 do artigo 5.º mantém o n.º 5 do artigo 6.º tal como consta da proposta inicial da Comissão.

7. Transferência de titularidade e compensação com vencimento antecipado — artigos 6.º e 7.º (artigos 7.º e 8.º da proposta da Comissão)

O n.º 1 do artigo 6.º, relativo ao reconhecimento de acordos de garantia financeira com transferência de titularidade, mantém na sua essência o artigo 7.º da proposta da Comissão. O Conselho entendeu que era útil aditar um segundo número, a fim de tornar claro que um acordo com transferência de titularidade pode ser extinto mediante compensação com vencimento antecipado, caso ocorra um facto que desencadeie a execução.

O n.º 1 do artigo 7.º da posição comum, relativo ao reconhecimento das cláusulas de compensação com vencimento antecipado, combina os n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º da proposta da Comissão, com uma redacção mais específica que não altera a substância dessas disposições. O n.º 2 do artigo 7.º substitui o n.º 2 do artigo 5.º da proposta da Comissão e assegura que o n.º 4 do artigo 4.º também se aplique à compensação com vencimento antecipado, salvo acordo explícito em contrário das partes.

8. Inaplicabilidade de certas disposições em matéria de falência — artigo 8.º (artigo 9.º da proposta da Comissão)

O artigo 8.º mantém quanto à substância, embora com uma redacção diferente, o artigo 9.º da proposta da Comissão.

Esta disposição tem por objectivo preservar os acordos de garantia financeira, bem como a prestação de garantia financeira ao abrigo de tais acordos, de certas regras automáticas em matéria de evasão que tornem nulo o acordo ou a prestação da garantia pelo simples facto de a garantia ter sido prestada na data de um processo de falência, mas antes do início desse processo, ou num determinado período anterior ao processo. Assim o estabelece o n.º 1 do artigo 8.º da posição comum.

No n.º 2 do artigo 8.º, a posição comum introduz uma nova regra não contida na proposta da Comissão, regra essa que protege o beneficiário da garantia que tenha agido de boa fé na data do processo de falência, mas após a abertura do mesmo processo.

O segundo objectivo deste artigo consiste em proteger as práticas do mercado relacionadas com o complemento de garantia «top-up», os operadores gerem e limitam o risco de crédito recíproco mediante mecanismos de garantia financeira complementar «top-up collateral», em que o risco de crédito e a garantia financeira são avaliados com base no seu valor de mercado actual, podendo de seguida o credor reclamar um complemento de garantia financeira ou libertar um eventual excedente de garantia, e a prática do mercado segundo a qual os activos fornecidos como garantia financeira são substituídos por activos do mesmo valor. O n.º 3 do artigo 8.º prevê que ambas as práticas devem ser preservadas da eventualidade de serem consideradas inválidas unicamente pelo facto de a garantia ter sido prestada na data de um processo de falência, mas antes do início desse processo, ou num determinado período anterior ao processo, ou pelo simples facto de as obrigações financeiras cobertas se terem constituído em data anterior à da prestação da garantia financeira complementar ou da garantia financeira de substituição.

Este artigo não prejudica, todavia, a possibilidade de contestar o acordo de garantia financeira e a prestação de garantia financeira enquanto parte da prestação inicial, de uma garantia financeira complementar ou de substituição, ao abrigo da legislação nacional, por outras razões, por exemplo sempre que tal tenha sido realizado intencionalmente em detrimento de outros credores (este aspecto abrange designadamente as acções baseadas na fraude ou regras semelhantes em matéria de evasão susceptíveis de ser aplicadas num determinado período).

9. Conflito de leis — artigo 9.º (artigo 10.º da proposta da Comissão)

O artigo 9.º da posição comum retoma a substância do artigo 10.º da proposta da Comissão e introduz uma disposição relativa ao conflito de leis a respeito de títulos escriturais. A posição comum não inclui o n.º 2 do artigo 10.º da proposta da Comissão, dado que a questão do conflito de leis está a ser debatida a nível internacional no âmbito da Conferência de Haia, na qual estão em curso negociações sobre uma convenção relativa à lei aplicável a determinados direitos no que respeita aos valores mobiliários detidos junto de um intermediário. Para não limitar a margem de manobra dos Estados-Membros e da Comissão nessas negociações, é preferível consignar na directiva o princípio do lugar de estabelecimento do intermediário relevante, sem entrar, para já, em mais pormenores. A posição comum inclui, assim, a alteração 17 proposta pelo Parlamento Europeu.

O Conselho considera que, em princípio, é de desejar que as disposições em matéria de lei aplicável estejam em consonância com os debates em curso na Conferência de Haia, mas, atendendo à importância de que a directiva se reveste para o mercado financeiro da União Europeia, pensa que é impossível adiar a sua adopção até à conclusão desses debates. Cabe, pois, ter presente que, quando a Conferência terminar, será talvez necessário rever o artigo 9.º à luz dos resultados obtidos a respeito da convenção.

A redacção do n.º 1 do artigo 9.º foi ligeiramente alterada para ter em conta a nova estrutura, tendo o texto do n.º 2 do mesmo artigo sido modificado em relação ao do n.º 3 do artigo 10.º da proposta da Comissão, a fim de reflectir melhor a actual situação das negociações no âmbito da Conferência de Haia.

10. Disposições finais — artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º

Entendendo que importa avaliar o novo regime instituído pela directiva, o Conselho introduziu no artigo 10.º a obrigação de a Comissão apresentar um relatório sobre a execução da directiva num prazo de três anos após a data de transposição. O relatório deverá centrar-se nomeadamente no recurso à possibilidade de limitar o âmbito de aplicação, estabelecida no n.º 3 do artigo 1.º, e à possibilidade de não introduzir a técnica jurídica da apropriação, prevista no n.º 3 do artigo 4.º, bem como no direito de reutilização da garantia financeira, estabelecido no artigo 5.º

Uma vez que a nova redacção do n.º 2 do artigo 1.º torna redundantes os artigos 11.º e 12.º da proposta da Comissão, a posição comum incorpora as alterações 18 e 19 propostas pelo Parlamento Europeu, que suprimem esses dois artigos.

Para a transposição, foi previsto o prazo de 18 meses a contar da data de entrada em vigor, prazo esse que representa o período mínimo exigido em alguns Estados-Membros para a implementação do novo regime instituído pela directiva. A data efectiva de transposição dependerá, pois, da adopção final da directiva. Assim, e embora o Conselho partilhe das preocupações do Parlamento Europeu no que respeita à rápida transposição da directiva, a posição comum não inclui a alteração 20 proposta pelo Parlamento Europeu.

11. Considerandos

Os considerandos foram adaptados, a fim de reflectir as alterações à proposta da Comissão que acima se referem, e incluem as alterações 1 e 2 propostas pelo Parlamento Europeu.

IV. CONCLUSÃO

O Conselho considera que todas as alterações à proposta da Comissão se coadunam plenamente com os objectivos da directiva. As principais modificações ao texto da Comissão foram introduzidas na sequência das alterações propostas pelo Parlamento Europeu, as quais foram quase todas elas integradas na posição comum. Embora não tenha sido introduzida, a alteração respeitante à data de transposição, proposta pelo Parlamento Europeu, tão-pouco se pode considerar rejeitada, uma vez que a rápida adopção da directiva implicaria uma data de transposição próxima da que foi preconizada por aquela instituição.

POSIÇÃO COMUM (CE) N.º 33/2002**adoptada pelo Conselho em 7 de Março de 2002****tendo em vista a aprovação do Regulamento (CE) n.º .../2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de ..., que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima**

(2002/C 119 E/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 80.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,Tendo em conta a parecer do Comité Económico e Social ⁽²⁾,Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões ⁽³⁾,Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽⁴⁾,

Considerando o seguinte:

(1) A Comunidade aprovou um grande número de medidas legislativas destinadas a melhorar a segurança e a evitar a poluição no transporte marítimo. Para ser eficaz, essa legislação deve ser aplicada de forma adequada e uniforme em toda a Comunidade. Desse modo será possível garantir condições equitativas, reduzir as distorções da concorrência resultantes das vantagens económicas de que beneficiam os navios não conformes e recompensar os agentes marítimos que actuem com seriedade.

(2) Determinadas funções actualmente desempenhadas a nível comunitário ou nacional podem ser executadas por um organismo especializado constituído por peritos. Na realidade, verifica-se a necessidade da existência de um apoio técnico e científico e de um nível de especialização elevado e estável, a fim de aplicar adequadamente a legislação comunitária nos domínios da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios, bem como de acompanhar a sua aplicação e avaliar a eficácia das me-

didadas em vigor; verifica-se assim, no contexto da actual estrutura institucional e de equilíbrio de poderes da Comunidade, a necessidade de criação de uma Agência Europeia da Segurança Marítima («Agência»).

(3) Em termos gerais, a Agência constituirá o organismo técnico que dotará a Comunidade dos meios necessários para actuar de forma eficaz no sentido de melhorar a regulamentação global no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios. A Agência assistirá a Comissão no processo permanente de actualização da legislação comunitária no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios e proporcionará o apoio necessário para garantir a aplicação convergente e efectiva dessa legislação em toda a Comunidade, assistindo a Comissão na realização das missões que lhe são confiadas pela legislação comunitária actual e futura sobre segurança marítima e prevenção da poluição pelos navios.

(4) Para a concretização adequada dos objectivos para os quais a Agência foi criada, é oportuno que esta desempenhe uma série de outras funções importantes destinadas a melhorar a segurança marítima e a prevenção da poluição pelos navios nas águas dos Estados-Membros. Neste domínio, a Agência colaborará com os Estados-Membros na organização de actividades de formação adequadas sobre a inspecção de navios pelo Estado do porto e sobre questões relacionadas com o Estado de pavilhão e na prestação de assistência técnica em matéria de aplicação da legislação comunitária. A Agência promoverá a cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, tal como previsto na Directiva 2002/.../CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de ..., relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento de informação do tráfego de navios ⁽⁵⁾ e desenvolverá e operará todos os sistemas de informação necessários aos objectivos da citada directiva e actividades de investigações relacionadas com acidentes marítimos graves. A Agência fornecerá à Comissão e aos Estados-Membros informações e dados objectivos, fiáveis e comparáveis sobre segurança marítima e prevenção da poluição, a fim de lhes permitir tomarem as iniciativas necessárias para melhorar as medidas existentes e avaliar a sua eficácia. A Agência porá os conhecimentos da Comunidade em matéria de segurança marítima ao dispor dos Estados candidatos à adesão e estará aberta à participação desses Estados e de outros países não membros que tenham celebrado acordos com a Comunidade por força dos quais adoptam e aplicam a legislação comunitária em matéria de segurança marítima e de prevenção da poluição pelos navios.

⁽¹⁾ JO C 120 E de 24.4.2001, p. 83.

⁽²⁾ JO C 221 de 7.8.2001, p. 54.

⁽³⁾ JO C 357 de 14.12.2001, p. 1.

⁽⁴⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 14 de Junho de 2001 (JO C 53 E de 28.2.2002), Posição Comum do Conselho de 7 de Março de 2002 e Decisão do Parlamento Europeu de ... (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽⁵⁾ JO L ...

- (5) A Agência promoverá o estabelecimento de uma melhor cooperação entre os Estados-Membros e desenvolverá e difundirá as melhores práticas na Comunidade. Tal contribuirá, por seu lado, para melhorar o sistema geral de segurança marítima na Comunidade, bem como para reduzir o risco de acidentes marítimos, de poluição marinha e de perda de vidas humanas no mar.
- (6) A fim de desempenhar correctamente as funções confiadas à Agência, é necessário que os seus funcionários efectuem visitas aos Estados-Membros a fim de acompanharem o funcionamento global do sistema comunitário de segurança marítima e de prevenção da poluição pelos navios. As visitas devem realizar-se nos termos de uma política a estabelecer pelo Conselho de Administração da Agência e devem ser facilitadas pelas autoridades dos Estados-Membros.
- (7) A Agência deverá aplicar a legislação comunitária pertinente relativa ao acesso do público a documentos e à protecção das pessoas relativamente ao tratamento de dados de carácter pessoal. Deverá fornecer ao público e a terceiros interessados informações objectivas, fiáveis e facilmente compreensíveis em relação ao seu trabalho.
- (8) Quanto à responsabilidade contratual da Agência, que é regida pelo direito aplicável ao contrato celebrado pela mesma, o Tribunal de Justiça é competente para deliberar por força de uma cláusula compromissória do contrato. O Tribunal de Justiça é também competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos decorrentes da responsabilidade extracontratual da Agência.
- (9) Para garantir efectivamente o exercício das actividades da Agência, os Estados-Membros e a Comissão estarão representados num Conselho de Administração dotado dos poderes necessários para elaborar o orçamento, verificar a sua execução, adoptar as regras financeiras apropriadas, definir procedimentos de trabalho transparentes no tocante à tomada de decisões pela Agência, aprovar o seu programa de trabalho, analisar os pedidos de assistência técnica dos Estados-Membros, definir uma política de visitas aos Estados-Membros e nomear o director executivo. À luz do carácter eminentemente técnico e científico da missão e das tarefas atribuídas a esta Agência, afigura-se adequado que o Conselho de Administração seja composto por um representante de cada Estado-Membro e quatro representantes da Comissão, com um alto nível de conhecimentos especializados. Para melhor garantir o mais alto nível de conhecimentos especializados e experiência do Conselho de Administração e para implicar intimamente os sectores mais pertinentes nas actividades da Agência, a Comissão nomeará profissionais independentes destes sectores membros do Conselho sem direito de voto com base no mérito pessoal e na sua experiência no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios e não a título de representantes de determinadas organizações profissionais.
- (10) O bom funcionamento da Agência exige que o seu director executivo seja nomeado com base no mérito e nas capacidades de gestão e administrativas comprovadas, bem como na competência e na experiência pertinentes para a segurança marítima e a prevenção ocasionada por navios e que desempenhe a sua função com total independência e flexibilidade quanto à organização do funcionamento interno da Agência. Com esse fim em vista, o director executivo elaborará e tomará todas as medidas necessárias para garantir a boa execução do programa de trabalho da Agência, procederá à preparação de um projecto de relatório geral anual a apresentar ao Conselho de Administração, elaborará previsões das receitas e despesas da Agência e executará o orçamento.
- (11) A fim de assegurar a plena autonomia e independência da Agência, considera-se necessário dotá-la de um orçamento próprio, cujas receitas sejam essencialmente constituídas por uma contribuição da Comunidade.
- (12) Nos últimos anos, à medida que foram criadas mais agências descentralizadas, a autoridade orçamental procurou melhorar a transparência e o controlo da gestão do financiamento comunitário às mesmas atribuído, em particular no que respeita à inscrição das taxas no orçamento, ao controlo financeiro, ao poder de quitação, à contribuição para o regime de pensões e aos processos orçamentais internos (código de conduta). De um modo semelhante, as disposições do Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio de 1999, relativo aos inquéritos efectuados pelo Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) ⁽¹⁾ devem aplicar-se sem quaisquer restrições à agência, que deverá ficar também sujeita ao Acordo Interinstitucional, de 25 de Maio de 1999, entre o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão das Comunidades Europeias em matéria de inquéritos internos do Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) ⁽²⁾.
- (13) No prazo de cinco anos a contar da data em que a Agência tenha assumido as suas responsabilidades, o Conselho de Administração encomendará uma avaliação externa independente da execução do presente regulamento, da Agência e das suas práticas de trabalho para estabelecer um elevado nível de segurança marítima e de prevenção da poluição por navios,

(1) JO L 136 de 31.5.1999, p. 1.

(2) JO L 136 de 31.5.1999, p. 15.

ADOPTARAM O PRESENTE REGULAMENTO:

CAPÍTULO I

OBJECTIVOS E FUNÇÕES

Artigo 1.º

Objectivos

1. O presente regulamento institui a Agência Europeia da Segurança Marítima, a seguir designada «Agência», com vista a garantir um nível elevado, uniforme e eficaz de segurança marítima, bem como de prevenção da poluição pelos navios na Comunidade.

2. A Agência proporciona aos Estados-Membros e à Comissão o apoio técnico e científico necessário, bem como um elevado nível de especialização, a fim de os assistir na aplicação correcta da legislação comunitária no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios, no controlo da sua aplicação e na avaliação da eficácia das medidas em vigor.

Artigo 2.º

Funções

A fim de garantir a realização dos objectivos descritos no artigo 1.º, a Agência desempenha as seguintes funções:

- a) Assistir a Comissão, se necessário, nos trabalhos preparatórios para a actualização e desenvolvimento da legislação comunitária no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios, nomeadamente no que diz respeito à evolução da legislação internacional neste domínio. Esta tarefa inclui a análise dos projectos de investigação desenvolvidos no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios;
- b) Assistir a Comissão na aplicação eficaz da legislação comunitária sobre segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios em toda a Comunidade. Em particular, a Agência:
  - i) controla o funcionamento geral do regime comunitário de inspecção pelo Estado do porto, o que pode incluir visitas aos Estados-Membros, e sugere à Comissão possíveis melhorias neste domínio,
  - ii) presta à Comissão o apoio técnico necessário para fins de participação nos trabalhos dos órgãos técnicos do Memorando de Acordo de Paris para a Inspeção de Navios pelo Estado do Porto,
  - iii) assiste a Comissão na realização de qualquer função que lhe seja atribuída pela actual e futura legislação comunitária em matéria de segurança marítima e de prevenção da poluição pelos navios, nomeadamente a legislação aplicável às sociedades de classificação, à segurança dos navios de passageiros, bem como a legislação apli-

cável à segurança, formação, certificação e serviço de quartos das tripulações dos navios;

- c) Colaborar com os Estados-Membros:
  - i) na organização de acções relevantes de formação nos domínios respeitantes às competências do Estado do porto e do Estado de bandeira,
  - ii) no desenvolvimento de soluções técnicas e na prestação de assistência técnica para a implementação da legislação comunitária;
- d) Facilitar a cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão nos domínios abrangidos pela Directiva 2002/.../CE. Em especial, a Agência:
  - i) promove a cooperação entre os Estados ribeirinhos das zonas marítimas em causa, nos domínios abrangidos por aquela directiva,
  - ii) desenvolve e explora os sistemas de informação necessários à realização dos objectivos da directiva;
- e) Facilitar a cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão na concepção de uma metodologia comum, tomando na devida conta os diferentes sistemas jurídicos dos Estados-Membros para a investigação de acidentes marítimos, segundo os princípios acordados a nível internacional, na prestação de apoio aos Estados-Membros nas actividades relacionadas com inquéritos a acidentes marítimos graves e na análise dos relatórios existentes de inquéritos a acidentes;
- f) A Agência proporciona à Comissão e aos Estados-Membros informações objectivas, fiáveis e comparáveis, bem como dados sobre a segurança marítima e a poluição pelos navios, que lhes permitam tomar as medidas necessárias para melhorar a segurança marítima e a prevenção da poluição pelos navios e avaliar a eficácia das medidas em vigor. Essas tarefas incluem a recolha, o registo e a avaliação de dados técnicos nos domínios da segurança marítima e do tráfego marítimo, mas também no domínio da poluição marinha tanto accidental como intencional, a exploração sistemática das bases de dados existentes, incluindo a sua «fertilização cruzada» e, caso adequado, o desenvolvimento de bases de dados suplementares. Com base nos dados coligidos, a Agência assiste também a Comissão na publicação semestral de informações relativas aos navios cujo acesso aos portos da Comunidade foi recusado em aplicação da Directiva 95/21/CE do Conselho, de 19 de Junho de 1995, relativa à aplicação, aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em águas sob jurisdição dos Estados-Membros, das normas internacionais respeitantes à segurança da navegação, à prevenção da poluição e às condições de vida e de trabalho a bordo dos navios (inspecção pelo Estado do porto) ⁽¹⁾. A Agência assiste igualmente a Comissão e os Estados-Membros nas acções por estes desenvolvidas para melhorar a identificação e investigação de navios responsáveis por descargas ilícitas.

⁽¹⁾ JO L 157 de 7.7.1995, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/106/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 19 de 22.1.2002, p. 17).

- g) Durante as negociações com os Estados candidatos à adesão, a Agência pode fornecer apoio técnico para a aplicação da legislação comunitária no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios. Esta tarefa deve ser coordenada com os programas de cooperação regional existentes e incluir, se necessário, a organização de acções de formação relevantes.

Artigo 3.º

Visitas aos Estados-Membros

1. A fim de executar as tarefas que lhe são confiadas, a Agência pode efectuar visitas aos Estados-Membros, de acordo com a política definida pelo Conselho de Administração. As autoridades nacionais dos Estados-Membros devem facilitar o trabalho do pessoal da Agência.
2. A Agência informa o Estado-Membro em causa da visita prevista, da identidade dos funcionários mandatados, bem como da data do seu início. Os funcionários da Agência mandatados para essas visitas fá-las-ão mediante a apresentação de uma decisão do director executivo da Agência especificando o objectivo e a finalidade da sua missão.
3. No fim de cada visita, a Agência redige um relatório e envia-o à Comissão e ao Estado-Membro interessado.

Artigo 4.º

Transparência e protecção das informações

1. No tratamento dos pedidos de acesso a documentos em seu poder, a Agência aplica os princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão ⁽¹⁾.
2. A Agência pode fazer comunicações, por iniciativa própria, nos domínios da sua competência. Em especial, assegurará que sejam rapidamente fornecidos ao público e a quaisquer partes interessadas informações objectivas, fiáveis e facilmente compreensíveis sobre o seu trabalho.
3. O Conselho de Administração estabelece as normas internas necessárias para a aplicação dos n.ºs 1 e 2.
4. As informações recolhidas pela Comissão e pela Agência, de acordo com o presente regulamento, estão sujeitas às disposições do Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2001, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições e órgãos comunitários e à livre circulação desses dados ⁽²⁾.

⁽¹⁾ JO L 145 de 31.5.2001, p. 43.

⁽²⁾ JO L 8 de 12.1.2001, p. 1.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA INTERNA E FUNCIONAMENTO

Artigo 5.º

Estatuto jurídico, centros regionais

1. A Agência é um organismo da Comunidade, dotado de personalidade jurídica.
2. Em cada Estado-Membro, a Agência goza da capacidade jurídica mais vasta concedida às pessoas colectivas no direito nacional. Pode nomeadamente adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e estar em juízo.
3. A pedido da Comissão, o Conselho de Administração pode decidir, após acordo dos Estados-Membros em causa, criar os centros regionais necessários para a execução das tarefas ligadas à vigilância da navegação e do tráfego marítimo, especialmente a fim de assegurar condições óptimas de tráfego nas zonas sensíveis, conforme previsto na Directiva 2002/. ./CE.
4. A Agência é representada pelo seu director executivo.

Artigo 6.º

Pessoal

1. São aplicáveis ao pessoal da Agência o Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias, o Regime Aplicável aos outros Agentes das Comunidades Europeias e as normas de execução dessas disposições, adoptadas de comum acordo pelas instituições das Comunidades Europeias. O Conselho de Administração, com o acordo da Comissão, aprova as regras de execução necessárias.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 16.º, as competências conferidas à autoridade investida do poder de nomeação pelo estatuto, bem como pelo regime aplicável aos outros agentes, são exercidas pela Agência no que diz respeito ao seu próprio pessoal.
3. O pessoal da Agência é composto por funcionários afectados ou destacados temporariamente pela Comissão ou pelos Estados-Membros e por outros agentes recrutados pela Agência por um período estritamente limitado às necessidades da Agência.

Artigo 7.º

Privilégios e imunidades

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias é aplicável à Agência e ao seu pessoal.

Artigo 8.º**Responsabilidade**

1. A responsabilidade contratual da Agência rege-se pela lei aplicável ao contrato em causa.
2. O Tribunal de Justiça é competente para deliberar por força de cláusula compromissória constante dos contratos celebrados pela Agência.
3. Em matéria de responsabilidade extracontratual, a Agência deve reparar, de acordo com os princípios gerais comuns aos direitos dos Estados-Membros, os danos causados pelos seus serviços ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.
4. O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos referidos no n.º 3.
5. A responsabilidade pessoal dos agentes em relação à Agência rege-se pelas disposições do estatuto ou do regime que lhes é aplicável.

Artigo 9.º**Línguas**

1. As disposições do Regulamento n.º 1, de 15 de Abril de 1958, que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia ⁽¹⁾, são aplicáveis à Agência.
2. Os serviços de tradução necessários ao funcionamento da Agência são assegurados pelo Centro de Tradução dos órgãos da União Europeia.

Artigo 10.º**Criação e competências do Conselho de Administração**

1. É criado um Conselho de Administração.
2. O Conselho de Administração:
  - a) Nomeia o director executivo, nos termos do artigo 16.º;
  - b) Aprova anualmente, até 30 de Abril, o relatório geral da Agência referente ao ano anterior e envia-o aos Estados-Membros, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão;
  - c) Analisa, no âmbito dos preparativos do programa de trabalho, os pedidos de assistência técnica dos Estados-Membros, tal como refere a alínea c), subalínea ii), do artigo 2.º;
  - d) Aprova, até 30 de Outubro de cada ano e tendo em conta o parecer da Comissão, o programa de trabalho da Agência

(1) JO 17 de 6.10.1958, p. 385/58. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1994.

para o ano seguinte e envia-o aos Estados-Membros, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão.

Este programa de trabalho será aprovado sem prejuízo do processo orçamental comunitário anual. Se, no prazo de 15 dias a contar da data da aprovação do programa de trabalho, a Comissão manifestar o seu desacordo com o citado programa, o Conselho de Administração voltará a analisar o programa de trabalho e aprová-lo-á, eventualmente alterado, em segunda leitura por maioria de dois terços incluindo os representantes da Comissão ou por unanimidade dos representantes dos Estados-Membros;

- e) Aprova o orçamento definitivo da Agência antes do início do exercício financeiro, ajustando-o, se necessário, em função da contribuição comunitária e das outras receitas da Agência;
- f) Estabelece procedimentos para a tomada de decisões pelo director executivo;
- g) Define uma política de visitas a realizar nos termos do artigo 3.º;
- h) Exerce as suas funções em matéria orçamental, de acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e 21.º;
- i) Exerce a autoridade disciplinar sobre o Director Executivo e os chefes de unidade referidos no n.º 3 do artigo 15.º;
- j) Aprova o seu regulamento interno.

Artigo 11.º**Composição do Conselho de Administração**

1. O Conselho de Administração é composto por um representante de cada Estado-Membro e quatro representantes da Comissão, e ainda por: quatro representantes dos sectores profissionais mais relevantes nomeados pela Comissão sem direito de voto.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados com base no respectivo grau de experiência e especialização no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios.

2. Os Estados-Membros e a Comissão nomeiam o respectivo membro do Conselho de Administração, bem como um suplente que representará o membro na sua ausência.

3. A duração do mandato é de cinco anos. Este mandato é renovável uma vez.

4. Se for caso disso, a participação de representantes de países não membros e as respectivas condições serão estabelecidas nos convénios a que se refere o n.º 2 do artigo 17.º

*Artigo 12.º***Presidência do Conselho de Administração**

1. O Conselho de Administração elege de entre os seus membros um presidente e um vice-presidente. O vice-presidente substitui automaticamente o presidente em caso de impedimento.

2. A duração do mandato do presidente e do vice-presidente é de três anos e termina no momento em que deixarem de ser membros do Conselho de Administração. Este mandato é renovável uma vez.

*Artigo 13.º***Reuniões**

1. O Conselho de Administração reúne-se por convocação do seu presidente.

2. O director executivo da Agência toma parte nas deliberações.

3. O Conselho de Administração reúne-se em sessão ordinária duas vezes por ano. Além disso, reúne-se por iniciativa do seu presidente ou a pedido da Comissão ou de um terço dos Estados-Membros.

4. Quando se trate de uma questão confidencial ou exista conflito de interesses, o Conselho de Administração pode, por proposta do presidente, decidir analisar questões específicas da sua ordem do dia sem estarem presentes os representantes dos sectores profissionais mais relevantes. As regras de execução desta disposição podem constar do regulamento interno.

5. O Conselho de Administração pode convidar qualquer pessoa, cujo parecer tenha interesse, para assistir às suas reuniões na qualidade de observador.

6. Os membros do Conselho de Administração podem, nos termos do regulamento interno, fazer-se assistir por conselheiros ou peritos.

7. O secretariado do Conselho de Administração será assegurado pela Agência.

*Artigo 14.º***Votação**

1. O Conselho de Administração delibera por maioria de dois terços de todos os membros com direito de voto.

2. Cada membro dispõe de um voto. O director executivo não participa na votação.

Em caso de ausência de um membro, o seu suplente pode exercer o seu direito de voto.

3. O regulamento interno estabelece disposições de voto mais pormenorizadas, nomeadamente as condições em que um membro se pode fazer representar por outro.

*Artigo 15.º***Funções e competências do director executivo**

1. A Agência é gerida pelo seu director executivo, que agirá em total independência no exercício das suas funções. Sem prejuízo das respectivas competências da Comissão e do Conselho de Administração, o director executivo não solicita nem aceita instruções de qualquer governo nem de qualquer outro organismo.

2. O director executivo tem, nomeadamente, as seguintes funções e competências:

a) Prepara o programa de trabalho e apresenta-o ao Conselho de Administração após consulta da Comissão. Toma as disposições necessárias para a sua execução e responde a todos os pedidos de assistência da Comissão ou de um Estado-Membro, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º;

b) Decide sobre a realização das visitas previstas no artigo 3.º, após consulta da Comissão e segundo a política estabelecida pelo Conselho de Administração, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º;

c) Toma as medidas necessárias, nomeadamente através da adopção de instruções administrativas internas e da publicação de comunicações, com vista a assegurar o funcionamento da Agência de acordo com as disposições do presente regulamento;

d) Organiza um sistema efectivo de acompanhamento que lhe permita comparar as realizações da Agência face aos seus objectivos operacionais. Nesta base, o director executivo prepara, anualmente, um projecto de relatório geral que apresenta ao Conselho de Administração. O director executivo estabelece procedimentos de avaliação regular que correspondem às normas profissionais reconhecidas;

e) Exerce, em relação ao pessoal, os poderes previstos no n.º 2 do artigo 6.º;

f) Elabora a previsão das receitas e despesas da Agência, de acordo com o estabelecido no artigo 18.º, e executa o orçamento nos termos do artigo 19.º

3. O director executivo pode ser assistido por um ou mais chefes de unidade. Em caso de ausência ou impedimento do director executivo, um dos chefes de unidades substitui-lo-á nas suas funções.

*Artigo 16.º***Nomeação do director executivo**

1. O director executivo da Agência é nomeado pelo Conselho de Administração em função dos seus méritos e das suas comprovadas capacidades administrativa e de gestão, bem como da sua experiência relevante no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios. O Conselho de Administração delibera por maioria de quatro quintos de todos os membros com direito de voto. A Comissão pode propor um ou mais candidatos.

O Conselho de Administração tem o poder de demitir o director executivo, de acordo com o mesmo procedimento.

2. A duração do mandato do director executivo é de cinco anos. Este mandato é renovável uma vez.

*Artigo 17.º***Participação de países não membros**

1. A Agência está aberta à participação de países não membros que tenham acordos com a Comunidade Europeia, mediante os quais tenham adoptado e estejam a aplicar o direito comunitário no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição pelos navios.

2. De acordo com as disposições relevantes destes acordos, são celebrados convénios que, *inter alia*, definirão a natureza e o âmbito das regras específicas de participação desses países nos trabalhos da Agência, incluindo as disposições relativas às contribuições financeiras e ao pessoal.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS*Artigo 18.º***Orçamento**

1. As receitas da Agência provêm de:

- a) Uma contribuição da Comunidade;
- b) Possíveis contribuições de países não membros que participem nos trabalhos da Agência, nos termos do artigo 17.º;
- c) Das taxas cobradas pela Agência por serviços de publicação, formação profissional, e/ou quaisquer outros serviços prestados.

2. As despesas da Agência cobrem as despesas de pessoal, administrativas e de funcionamento.

3. O director executivo elabora uma previsão das receitas e das despesas da Agência para o exercício orçamental seguinte e

apresenta-a ao Conselho de Administração acompanhada de um quadro de pessoal.

4. O orçamento deve ser equilibrado em termos de receitas e despesas.

5. O Conselho de Administração aprova anualmente, o mais tardar até 30 de Abril, o projecto de orçamento acompanhado de um projecto de programa de trabalho e apresenta-os à Comissão e aos países não membros que participam nos trabalhos da Agência, nos termos do artigo 17.º

Com base nesse projecto de orçamento, a Comissão efectuará as estimativas pertinentes no anteprojecto de Orçamento Geral da União Europeia, que submeterá ao Conselho, de acordo com o artigo 272.º do Tratado. Deve ser respeitado o âmbito das perspectivas financeiras da Comunidade aprovadas para os anos seguintes.

6. Após a aprovação do orçamento geral da União Europeia pela autoridade orçamental, o Conselho de Administração aprova o orçamento da Agência e o programa de trabalho definitivo, ajustando-os, se necessário, em função da contribuição comunitária. Envia-os sem demora à Comissão e à autoridade orçamental e aos países não membros que participam nos trabalhos da Agência.

*Artigo 19.º***Execução e controlo orçamental**

1. O director executivo dá execução ao orçamento da Agência.

2. O controlo da autorização e do pagamento de todas as despesas, bem como o controlo da verificação e da cobrança de todas as receitas da Agência são exercidos pelo Auditor Financeiro da Comissão.

3. O mais tardar até 31 de Março de cada ano, o director executivo envia à Comissão, ao Conselho de Administração e ao Tribunal de Contas as contas detalhadas da totalidade das receitas e despesas da Agência no exercício anterior.

O Tribunal de Contas examina-as nos termos previstos no artigo 248.º do Tratado e publica anualmente um relatório sobre as actividades da Agência.

4. O Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho de Administração, dá quitação ao director executivo da Agência da execução do orçamento.

*Artigo 20.º***Luta contra a fraude**

1. Na luta contra a fraude, corrupção e outras acções ilegais, as disposições do Regulamento (CE) n.º 1073/1999 são aplicáveis à Agência, sem quaisquer restrições.

2. A Agência adere ao Acordo Interinstitucional de 25 de Maio de 1999 relativo aos inquéritos internos efectuados pelo OLAF e promulgará as disposições correspondentes que se aplicam a todo o seu pessoal.

3. As decisões de financiamento, bem como quaisquer contratos e instrumentos de execução delas decorrentes, devem dispor expressamente que o Tribunal de Contas e o OLAF podem, se for necessário, proceder a controlos no terreno dos beneficiários dos fundos da Agência e dos agentes responsáveis pela respectiva distribuição.

Artigo 21.º

Disposições financeiras

O Conselho de Administração, após aprovação da Comissão e parecer do Tribunal de Contas, aprova o Regulamento Financeiro da Agência. Esse Regulamento Financeiro deve precisar, nomeadamente, o procedimento a seguir na elaboração e execução do orçamento da Agência, nos termos do artigo 142.º do Regulamento Financeiro, de 21 de Dezembro de 1977, aplicável ao Orçamento Geral das Comunidades Europeias ⁽¹⁾.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º

Avaliação

1. No prazo de cinco anos a contar da data em que a Agência tenha assumido as suas responsabilidades, o Conselho

de Administração encomendará uma avaliação externa independente da execução do presente regulamento. A Comissão deve pôr à disposição da Agência qualquer informação que esta considere relevante para tal avaliação.

2. A avaliação deve incidir no impacto que o presente regulamento, a Agência e as suas práticas de trabalho tiverem no estabelecimento de um elevado nível de segurança marítima e de prevenção da poluição pelos navios. O Conselho de Administração emite mandatos específicos com o acordo da Comissão, após consultas com as partes interessadas.

3. O Conselho de Administração recebe os dados da avaliação e envia à Comissão recomendações relativamente a alterações a introduzir no presente regulamento, na Agência e nas suas práticas de trabalho. Os resultados da avaliação e as recomendações são enviados pela Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho e tornados públicos.

Artigo 23.º

Início da actividade da Agência

A Agência deve estar operacional no prazo de doze meses a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em . . . , em . . .

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

Pelo Conselho

O Presidente

⁽¹⁾ JO L 356 de 31.12.1977, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE, CECA, Euratom) n.º 762/2001 (JO L 111 de 20.4.2001, p. 1).

NOTA JUSTIFICATIVA DO CONSELHO

I. INTRODUÇÃO

No quadro do processo de co-decisão (artigo 251.º TEC), o Conselho chegou, em 7 de Dezembro de 2001, a acordo político sobre a proposta de regulamento que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima, com base na proposta da Comissão ⁽¹⁾ e nos resultados da primeira leitura do Parlamento Europeu de 14 de Junho de 2001 ⁽²⁾. Uma vez concluída a respectiva revisão jurídico-linguística, o Conselho adoptou a sua posição comum em 7 de Março de 2002.

O regulamento proposto pela Comissão faz parte do segundo pacote de medidas apresentado na sequência do acidente ocorrido com o navio *Erika* e tem por objectivo a criação de uma agência especializada na segurança marítima que disponibilize aos Estados-Membros e à Comissão o saber e assistência técnica e científica necessários para garantir o bom cumprimento da legislação comunitária em matéria de segurança marítima e de prevenção da poluição originada pelos navios.

Ao adoptar a sua posição, o Conselho teve em atenção os pareceres do Comité Económico e Social ⁽³⁾ e do Comité das Regiões ⁽⁴⁾.

II. ANÁLISE DA POSIÇÃO COMUM

O Conselho concorda com a ideia geral de criar uma agência especializada que assista os Estados-Membros e a Comissão na aplicação da legislação comunitária em matéria de segurança marítima e de prevenção da poluição originada pelos navios. Ao apoiar uma aplicação eficaz da legislação comunitária nesta matéria, monitorizar o seu cumprimento e avaliar a eficácia das medidas adoptadas, a Agência prestará um valioso contributo para a concretização do objectivo de assegurar um nível elevado e uniforme de segurança marítima e de prevenção da poluição em toda a Comunidade.

Para tanto, a Agência deverá colaborar com a Comissão e os Estados-Membros e facilitar a cooperação entre ambos. No que se refere à Comissão, a Agência deverá prestar-lhe assistência na preparação da actualização e elaboração da futura legislação comunitária em matéria de segurança marítima e prevenção da poluição originada por navios, bem como na aplicação efectiva da regulamentação vigente. Quanto à sua colaboração com os Estados-Membros, deverá centrar-se na organização de acções de formação e na prestação de assistência técnica com vista ao cumprimento da legislação comunitária.

A Agência desempenhará igualmente um papel importante de facilitação da cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, especialmente no que se refere à monitorização do tráfego marítimo e ao intercâmbio de informação e investigação em matéria de acidentes no mar, devendo fornecer tanto aos Estados-Membros como à Comissão informações e dados sobre a segurança marítima. Refira-se, por último, que deverá ser facilitada a adesão de países não membros que tenham adoptado legislação comunitária pertinente em matéria de segurança marítima e prevenção da poluição originada por navios, a fim de possibilitar a prestação de assistência técnica na aplicação da legislação.

O Conselho atribuiu grande importância a que os Estados-Membros participassem directamente na administração da Agência e a que esta lhes prestasse apoio na aplicação da legislação comunitária relativa à segurança marítima. Do mesmo modo, e atendendo à natureza altamente técnica e científica da Agência, será também importante salvaguardar a sua autonomia e independência. Dadas tais considerações, o Conselho introduziu algumas alterações à proposta da Comissão, sobretudo no que se refere à composição do Conselho de Administração da Agência e à prestação de assistência técnica aos Estados-Membros.

⁽¹⁾ JO C 120 E de 24.4.2001, p. 83.

⁽²⁾ Doc. 9787/01 CODEC 581 MAR 39 ENV 322 (JO C 53 E de 28.2.2002).

Importa referir que a Comissão alterou a sua proposta na sequência da primeira leitura do Parlamento Europeu: Doc. 15411/01 MAR 124 CODEC 1376, COM(2001) 676 final (ainda não publicada no Jornal Oficial).

⁽³⁾ JO C 221 de 7.8.2001, p. 64.

⁽⁴⁾ JO C 357 de 14.12.2001, p. 1.

III. ALTERAÇÕES

A posição comum do Conselho segue de um modo geral a abordagem do Parlamento Europeu na primeira leitura, aceitando integralmente ou quanto ao fundo a maior parte das alterações por ele propostas. Destaque-se, a título de exemplo, que:

- integra sistematicamente a prevenção da poluição originada por navios como um dos principais objectivos gerais da agência (vários artigos), a par da promoção da segurança marítima,
- reflectindo a preocupação do Parlamento de que as visitas aos Estados-Membros se realizem em concertação com estes últimos, sugere que sejam levadas a cabo de acordo com a política a definir pelo Conselho de Administração da Agência e estipula que o relatório de cada visita seja igualmente enviado ao Estado-Membro interessado; todavia, no que se refere às visitas sem pré-aviso, o Conselho optou por seguir o ponto de vista da Comissão (artigo 3.º),
- prevê que não seja exigida a aprovação da Comissão para a adopção do programa de trabalho, mas que o seu parecer seja considerado (artigo 10.º),
- introduz a possibilidade de os Estados-Membros, e não apenas a Comissão, solicitarem assistência técnica à Agência e prevê que o seu director executivo deva satisfazer tais pedidos em função dos recursos disponíveis e do programa de trabalho elaborado (artigos 10.º e 15.º),
- alarga as atribuições do Conselho de Administração à nomeação e demissão do director executivo, suprimindo a exigência de uma proposta da Comissão a esse respeito (artigo 16.º),
- inclui uma disposição em matéria de luta contra a fraude (artigo 20.º),
- dada a importância de as actividades da Agência serem objecto de uma correcta avaliação, prevê que esta seja confiada a um organismo externo, que a Comissão disponibilize todas as informações pertinentes para tal avaliação e que esta tenha lugar após consulta a todas as partes interessadas; todavia, considerando o tempo de que a Agência necessitará para se encontrar plenamente operacional, o Conselho preferiu manter o prazo de cinco anos previsto na proposta da Comissão até a avaliação ser realizada (artigo 22.º).

Por último, na linha dos princípios referidos no ponto II *supra*, o Conselho introduziu algumas alterações relativas, essencialmente, aos seguintes aspectos:

- descrição das atribuições da Agência (artigo 2.º): o Conselho introduziu algumas alterações destinadas a apurar e tornar mais clara a definição das atribuições a desempenhar pela Agência relativamente à Comissão, aos Estados-Membros e a países terceiros,
- composição do Conselho de Administração (artigo 11.º): o Conselho alterou a proposta inicial da Comissão por forma a dotar cada Estado-Membro de um representante. Além disso, seguindo a sugestão do Parlamento, o Conselho aditou também uma referência à experiência e especialização dos membros do Conselho de Administração em matéria de segurança marítima.

Embora continuando a defender que a presença de representantes dos sectores profissionais mais particularmente interessados constituirá uma garantia suplementar do máximo grau de especialização e experiência no Conselho de Administração da Agência, o Conselho fez questão de acentuar a natureza independente desses profissionais, atribuindo-lhes o estatuto de consultores,

- transparência: (artigo 4.º). O Conselho alterou e alargou substancialmente as disposições propostas em matéria de divulgação de informações, a fim de delinear uma política geral de transparência e protecção de dados, pelo que tais disposições passaram na versão alterada a remeter para a mais recente legislação comunitária nessa matéria.
-